

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

JOELMA SANTOS E SILVA

ENDIVIDAMENTO COM EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS DOS SERVIDORES DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS

GOIÂNIA
2026

JOELMA SANTOS E SILVA

ENDIVIDAMENTO COM EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS DOS SERVIDORES DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em
Administração do Centro Universitário Alves Faria, como
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em
Administração.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Santos

GOIÂNIA

2026

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

S586e

Silva, Joelma Santos e.

Endividamento com empréstimos consignados dos servidores do Tribunal de Justiça de Goiás. / Joelma Santos e Silva. – 2026.
81 f.: il. 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Santos.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) – Goiânia, 2026.

1. Endividamento. 2. Servidores públicos. 3. Crédito consignado. 4. Bem-estar financeiro. I. Santos, Francisco Carlos. II. UNIALFA. III. Título.

CDU: 658.88(817.3)

JOELMA SANTOS E SILVA

ENDIVIDAMENTO COM EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS DOS SERVIDORES DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em
Administração do Centro Universitário Alves Faria, como
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em
Administração.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Santos

Goiânia, 01 de _____ de 2026

Banca examinadora:

Nome do Professor – Orientador

Nome do Professor – Membro Interno

Nome do Professor - Membro Externo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipos de dívidas declaradas pelos servidores da UFSM.....	16
Tabela 2 – Síntese de estudos sobre endividamento de servidores públicos e fatores associados.....	40
Tabela 3 – Síntese das técnicas de análise de dados da pesquisa.....	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Indicadores de endividamento das famílias brasileiras.....	35
Gráfico 2– Perfil Socioeconômico e Funcional dos Respondentes.....	50
Gráfico 3–Diagnóstico do Endividamento Consignado.....	51
Gráfico 4– Regressão Linear Múltipla (OLS).....	53
Gráfico 5– Refinanciamento: o maior discriminador de endividamento.....	55
Gráfico 6– Mediação: Alfabetização Financeira → Bem-Estar → Endividamento.....	57
Gráfico 7– Clusters K-Means: três perfis de vulnerabilidade financeira.....	58
Gráfico 8– Reserva Financeira: o item mais fortemente associado ao endividamento.....	60
Gráfico 9– Regressão Logística: quem tem maior chance de múltiplos contratos.....	62

RESUMO

Este trabalho analisou o endividamento associado ao uso do crédito consignado entre servidores do Tribunal de Justiça de Goiás, examinando fatores socioeconômicos, comportamentais e institucionais relacionados à vulnerabilidade financeira. Adotou-se abordagem quantitativa e transversal, com coleta de dados por questionário estruturado aplicado a 113 servidores. Os dados foram analisados por estatística descritiva, regressão linear múltipla, análise de mediação por bootstrap, análise de agrupamentos (K-Means), testes de comparação de médias e regressão logística. Os resultados demonstraram que 61,1% dos participantes possuíam contratos ativos de crédito consignado, 41,6% mantinham dois ou mais contratos simultaneamente e 35,4% haviam realizado refinanciamento nos últimos 24 meses. O índice médio de endividamento foi de 4,24 pontos, em escala de 0 a 10. A regressão linear múltipla revelou que a alfabetização financeira e o bem-estar financeiro constituíram os principais fatores associados à redução do endividamento. A mediação indicou que aproximadamente 56,6% do efeito protetivo da alfabetização financeira ocorreu por intermédio do bem-estar financeiro. A análise de agrupamentos identificou três perfis de vulnerabilidade financeira, incluindo um grupo de alta vulnerabilidade correspondente a 36,3% da amostra. O refinanciamento mostrou-se o principal marcador de risco severo, enquanto a reserva financeira emergencial apresentou forte associação com menores níveis de endividamento. Conclui-se que o fenômeno possui natureza multifatorial e que ações institucionais de educação financeira, promoção do bem-estar financeiro e monitoramento preventivo podem reduzir o risco de superendividamento.

Palavras-chave: Crédito consignado; Endividamento; Servidores públicos; Tribunal de Justiça de Goiás; Superendividamento.

ABSTRACT

This study analyzed indebtedness associated with the use of payroll-deducted loans among employees of the Court of Justice of the State of Goiás, examining socioeconomic, behavioral, and institutional factors related to financial vulnerability. A quantitative cross-sectional approach was adopted, with data collected through a structured questionnaire administered to 113 employees. The data were analyzed using descriptive statistics, multiple linear regression, bootstrap mediation analysis, cluster analysis (K-Means), mean comparison tests, and logistic regression. The results showed that 61.1% of participants had active payroll-deducted loan contracts, 41.6% maintained two or more simultaneous contracts, and 35.4% had refinanced debt within the previous 24 months. The average indebtedness index was 4.24 points on a scale from 0 to 10. Multiple linear regression revealed that financial literacy and financial well-being were the main factors associated with lower levels of indebtedness. Mediation analysis indicated that approximately 56.6% of the protective effect of financial literacy occurred through financial well-being. Cluster analysis identified three profiles of financial vulnerability, including a high-vulnerability group representing 36.3% of the sample. Debt refinancing emerged as the main marker of severe financial risk, while the existence of an emergency financial reserve was strongly associated with lower levels of indebtedness. The findings suggest that indebtedness is a multifactorial phenomenon and that institutional actions focused on financial education, financial well-being promotion, and preventive monitoring may reduce the risk of over-indebtedness.

Keywords: Payroll-deducted loans; Indebtedness; Public employees; Court of Justice of the State of Goiás; Over-indebtedness.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	13
2.1 REVISÃO DE LITERATURA E MARCO TEÓRICO.....	13
2.2 DIAGNÓSTICO DO ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES DO TJGO.....	17
2.2.1 Frequência de contratação de empréstimos consignados.....	18
2.2.2 Comprometimento da renda e utilização da margem consignável.....	20
2.3 PERFIL SOCIOBIOGRÁFICO E VULNERABILIDADE FINANCEIRA NO TJGO.....	23
2.3.1 Influência da idade e tempo de serviço sobre o endividamento.....	24
2.3.2 Situação familiar, cargo e renda como determinantes do nível de dívida.....	25
2.4 IMPACTOS DO ENDIVIDAMENTO CONSIGNADO NO CONTEXTO DO TJGO.....	27
2.4.1 Consequências psicológicas e sociais entre servidores endividados.....	28
2.4.2 Repercussões institucionais: produtividade, engajamento e risco organizacional.....	29
2.5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO TJGO E ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DO SUPERENDIVIDAMENTO.....	31
2.5.1 Avaliação das ações institucionais já adotadas.....	31
2.5.2 Estratégias de prevenção e propostas de intervenção aplicáveis ao TJGO.....	33
2.5.3 Finanças Comportamentais e a Tomada de Decisão no Endividamento.....	35
2.5.4 Endividamento de servidores públicos: evidências empíricas e fatores associados.....	38
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.	41
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	41
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	41
3.2.1 Amostragem.....	41
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	42
3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA.....	43
3.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	44
3.5.1 Análise de confiabilidade.....	44
3.5.2 Análise fatorial exploratória.....	44
3.5.3 Análise de frequência e distribuição dos dados.....	45
3.5.4 Regressão linear múltipla.....	45
3.5.5 Análise de correspondência.....	46
3.5.6 Teste de comparação de médias.....	46
3.5.7 Composição das variáveis para o modelo de regressão.....	47
3.5.8 Análise de mediação.....	47
3.5.9 Análise de agrupamentos (K-Means)	48
3.5.10 Regressão logística e curva ROC.....	48
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	68
APÊNDICE A.....	75

1. INTRODUÇÃO

O crédito consignado, regulamentado pela Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, foi concebido como instrumento de ampliação do acesso ao crédito, com taxas de juros relativamente menores e prazos mais extensos quando comparado a outras modalidades. Ao vincular o pagamento ao desconto automático em folha, reduziu-se o risco percebido pelas instituições financeiras, o que favoreceu a rápida disseminação do consignado entre trabalhadores formais, servidores públicos e aposentados. Contudo, a expansão dessa modalidade também intensificou preocupações regulatórias e acadêmicas, sobretudo quando o crédito passa a ser utilizado de forma recorrente, sem planejamento e sem mecanismos efetivos de prevenção do endividamento excessivo (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2024; OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002).

Dados do Banco Central indicam que, em 2023, o saldo de crédito consignado alcançou 338,9 bilhões de reais, evidenciando crescimento relevante em relação aos anos anteriores. A participação de servidores públicos é expressiva nesse montante, uma vez que a estabilidade de renda é interpretada pelo mercado como garantia robusta para a concessão de crédito. Na prática, essa condição tende a transformar o servidor em público preferencial de bancos e correspondentes, ampliando a oferta e facilitando a contratação. Quando o acesso ao crédito não é acompanhado de planejamento orçamentário e de educação financeira, aumenta a probabilidade de uso reiterado, com potencial de gerar ciclos de endividamento e de consolidar o consignado como complemento permanente da renda (COSTA et al., 2021; ANDERLONI; VANDONE, 2010).

No Estado de Goiás, a discussão ganhou contornos adicionais com a alteração da margem consignável. A Lei Estadual nº 14.509, de 28 de dezembro de 2022, elevou o limite de 30 para 35 por cento, com previsão de possibilidade futura de ampliação até 45 por cento. Embora a medida seja frequentemente justificada como estratégia de alívio orçamentário, em contextos de elevado comprometimento prévio da renda ela pode aumentar o espaço para novas contratações e ampliar a vulnerabilidade financeira. Levantamentos divulgados no âmbito da Assembleia Legislativa de Goiás indicam que, antes mesmo da mudança, milhares de servidores estaduais já apresentavam margens comprometidas em patamares elevados, sugerindo uso intensivo do consignado e risco ampliado de superendividamento (ALEGO, 2023). Na ausência de programas consistentes de orientação financeira e de instrumentos de monitoramento, alterações dessa natureza tendem a

ampliar riscos em vez de mitigá-los (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002).

No âmbito do Tribunal de Justiça de Goiás, o tema assume relevância particular. A instituição, responsável por assegurar a aplicação da lei e a proteção de direitos fundamentais, convive com servidores expostos à dinâmica do crédito consignado e às suas possíveis consequências. Em julgados recentes, como os Agravos de Instrumento nº 5190362-76.2022.8.09.0000 e nº 5316175-95.2022.8.09.0006, o Tribunal reafirmou parâmetros de limitação de descontos em folha, associando percentuais superiores ao comprometimento do mínimo existencial e à violação da dignidade do devedor (TJGO, 2022; TJGO, 2023). Nesse sentido, o TJGO ocupa posição singular, pois atua como órgão julgador de conflitos relacionados a descontos e endividamento e, simultaneamente, integra o contexto institucional em que servidores podem estar sujeitos a ofertas e práticas de contratação frequentes.

Os efeitos do endividamento, contudo, não se limitam à dimensão econômica. Pesquisas envolvendo servidores públicos apontam associação entre endividamento elevado e indicadores de sofrimento psíquico, como ansiedade, estresse e sintomas depressivos, com repercussões no desempenho e na saúde mental (LOUREIRO, 2021; GONÇALVES, 2021). A literatura de finanças comportamentais reforça que decisões de endividamento não dependem exclusivamente de renda e taxas de juros. Aspectos psicológicos e sociais, como percepção de risco, significados atribuídos ao dinheiro, hábitos de consumo e influência do ambiente social, também afetam escolhas financeiras (ANDERLONI; VANDONE, 2010). Em instituições que demandam elevada atenção, responsabilidade e integridade, como o TJGO, a combinação entre vulnerabilidade financeira e estresse pode produzir impactos no clima organizacional e no serviço prestado à sociedade.

Em nível nacional, as estatísticas reforçam a importância do tema. Dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo apontam que, em 2023, 78,1 por cento das famílias brasileiras estavam endividadas, sendo que parcela relevante dessas dívidas se relaciona a modalidades com desconto em folha, como o consignado (CNC, 2023). Relatórios do Banco Central também destacam que, quando mal administrada, essa modalidade pode favorecer a rolagem de dívidas e dificultar a recomposição do equilíbrio orçamentário, especialmente quando o crédito novo é utilizado para quitar obrigações anteriores (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2024).

Nesse cenário, a educação financeira assume papel central na prevenção da vulnerabilidade. Estudos sugerem que maior alfabetização financeira se associa à melhor compreensão dos custos do crédito, ao planejamento mais realista e à menor probabilidade de comprometer parcela excessiva da renda com dívidas (CHEN; VOLPE, 1998; LUSARDI; TUFANO, 2009). No contexto brasileiro, pesquisas indicam que iniciativas de educação financeira podem se relacionar a mudanças de hábitos e redução da propensão ao endividamento excessivo (MATTA, 2007; NÍCACIO SILVA, 2008). Galindo (2021) também aponta que servidores que recebem orientação sistemática em finanças pessoais tendem a apresentar menor exposição ao superendividamento. No TJGO, entretanto, a inexistência de programas estruturados e permanentes de prevenção evidencia a necessidade de políticas institucionais que promovam planejamento financeiro e uso responsável do crédito.

No plano normativo, a Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021, incorporou ao Código de Defesa do Consumidor mecanismos específicos para prevenção e tratamento do superendividamento, incluindo a renegociação global de dívidas e a proteção do mínimo existencial (BRASIL, 2021). A efetividade desses instrumentos, contudo, depende de incorporação prática por instituições públicas e privadas e de articulação entre Judiciário, órgãos de defesa do consumidor e administração pública. Em âmbito estadual, persistem desafios de operacionalização, seja por desconhecimento, seja pela ausência de fluxos consolidados para implementação dessas medidas.

Do ponto de vista acadêmico, a produção sobre crédito consignado, endividamento e finanças pessoais vem se ampliando, mas ainda apresenta lacunas relevantes. Embora existam estudos que discutem o consignado e o superendividamento em diferentes segmentos, bem como análises sobre a relação entre dívida, renda e condições de vida, são menos frequentes investigações direcionadas à realidade de tribunais estaduais, considerando suas particularidades institucionais e o perfil do corpo funcional (SOARES; CAVALHERO; TREVISAN, 2017; OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002). Este estudo busca contribuir para esse debate ao examinar o endividamento por crédito consignado entre servidores do Tribunal de Justiça de Goiás, articulando fatores econômicos, comportamentais e institucionais. No âmbito econômico, consideram-se elementos como comprometimento de renda e margem consignável, recorrência de contratação e finalidades do empréstimo. Na dimensão comportamental, incluem-se alfabetização financeira, percepção de risco e hábitos de consumo. No eixo institucional,

analisam-se práticas percebidas relacionadas à comunicação de riscos, regras internas e intensidade de oferta.

A problemática, portanto, não se resume a identificar a presença de servidores endividados, mas a compreender quais fatores se associam ao comprometimento da renda e ao uso recorrente do consignado, em que medida mudanças normativas e práticas de oferta interferem nas decisões financeiras e quais instrumentos institucionais podem ser propostos para mitigar vulnerabilidades. O recorte empírico abrange servidores ativos, inativos e pensionistas do Tribunal de Justiça de Goiás, tomando como período de referência o ano de 2025, a fim de construir um panorama contemporâneo em contexto de transformações normativas e aumento do custo de vida.

Nesse contexto, a pergunta central que orientou o estudo é a seguinte: Como fatores econômicos, comportamentais e institucionais se associam ao nível de endividamento por crédito consignado entre servidores do Tribunal de Justiça de Goiás em 2025, e que diretrizes de gestão podem ser propostas a partir das evidências encontradas?

O objetivo geral consistiu em analisar como fatores socioeconômicos e funcionais, comportamentais e institucionais se associaram ao nível de endividamento por crédito consignado entre servidores do Tribunal de Justiça de Goiás em 2025, visando subsidiar a proposição de diretrizes de gestão voltadas à mitigação da vulnerabilidade financeira. Especificamente, buscou-se descrever o perfil socioeconômico e funcional dos servidores e seu padrão de comprometimento de renda e margem consignável, identificando sinais de superendividamento; avaliar associações entre alfabetização e educação financeira, percepção de risco, hábitos de consumo e materialismo e a propensão ao endividamento e ao uso recorrente do consignado; e examinar práticas institucionais percebidas, como comunicação de riscos, regras internas e intensidade de oferta, bem como identificar ações consideradas úteis ou aceitáveis pelos servidores para mitigação do problema.

Dessa forma, o presente trabalho buscou responder às seguintes perguntas específicas.

- Quais características socioeconômicas e funcionais, como idade, renda, cargo, tempo de serviço e composição familiar, estão associadas a maior comprometimento de renda e margem consignável e a sinais de superendividamento no Tribunal de Justiça de Goiás?

- Em que medida alfabetização e educação financeira, percepção de risco e hábitos de consumo e materialismo se associam à propensão ao endividamento e ao uso recorrente do consignado?
- Quais práticas institucionais percebidas, como educação financeira, comunicação, regras internas, assédio de oferta e atuação de conveniadas, estão associadas à vulnerabilidade financeira e quais ações os servidores consideram mais úteis ou aceitáveis para mitigação?

A justificativa deste trabalho foi múltipla. Do ponto de vista social, o endividamento comprometeu a qualidade de vida dos servidores e de suas famílias, com repercussões no bem-estar e nas relações pessoais. No plano institucional, o fenômeno pôde afetar a produtividade, o clima organizacional e a imagem do Tribunal, demandando respostas de gestão. Sob a ótica científica, a relativa escassez de estudos sobre endividamento por consignado em tribunais estaduais reforçou a relevância de uma investigação que articulasse finanças pessoais, finanças comportamentais e gestão pública, com base empírica e recorte temporal definido. Por fim, destacou-se que o instrumento de coleta, composto por questionário estruturado, foi apresentado em apêndice.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 REVISÃO DE LITERATURA E MARCO TEÓRICO

O crédito consignado foi inicialmente concebido como um instrumento de democratização do acesso ao crédito, regulamentado pela Lei nº 10.820/2003, que autorizou o desconto das parcelas diretamente em folha de pagamento de trabalhadores regidos pela CLT, aposentados e pensionistas do INSS. Posteriormente, a modalidade foi ampliada para servidores públicos federais, estaduais e municipais, consolidando-se como uma das principais formas de financiamento no país. A característica do desconto automático assegurou às instituições financeiras maior garantia de recebimento, o que possibilitou a prática de taxas de juros mais baixas em relação a outras linhas de crédito pessoal. Contudo, a aparente vantagem revelou efeitos colaterais: a facilidade de acesso e a ausência de educação financeira adequada levaram muitos consumidores, especialmente

servidores públicos, a comprometer parcela expressiva de sua renda mensal, configurando um quadro crescente de vulnerabilidade (GENTIL, 2022; LOUREIRO, 2021).

Entre os grupos mais atingidos, os servidores públicos ocupam posição de destaque. Diversos estudos apontam que essa categoria responde por parcela relevante da carteira de consignados, configurando-se como alvo preferencial do sistema financeiro em razão da estabilidade no emprego e da previsibilidade salarial (LOUREIRO, 2021; FURLAN, 2009). Embora as condições contratuais sejam, em tese, mais favoráveis que outras modalidades de crédito, a prática recorrente de contratações e refinanciamentos sucessivos gera, em média, comprometimento de 30 a 40 por cento da renda líquida, patamar que ultrapassa limites de segurança recomendados e aproxima o servidor de situações de superendividamento (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002; FRADE et al., 2008).

O conceito de superendividamento tem recebido atenção crescente na doutrina consumerista. Em termos gerais, refere-se à impossibilidade manifesta de o devedor honrar o conjunto de suas obrigações financeiras sem comprometer sua subsistência digna. Marques (2021) destaca que o fenômeno atinge a essência da dignidade da pessoa humana, pois compromete o acesso a necessidades básicas como alimentação, moradia e saúde. Esse entendimento ganhou respaldo legislativo com a promulgação da Lei nº 14.181/2021, conhecida como Lei do Superendividamento, que promoveu alterações significativas no Código de Defesa do Consumidor e no Estatuto do Idoso, estabelecendo mecanismos de transparência na concessão de crédito, vedando práticas abusivas e abrindo espaço para a repactuação coletiva de dívidas, com proteção ao chamado mínimo existencial (PIOVESAN, 2021; LAMY, 2020).

Do ponto de vista econômico, a literatura indica que o endividamento resulta da interação entre oferta abundante de crédito, renda limitada e condições contratuais que favorecem a perpetuação da dívida. O Observatório do Endividamento dos Consumidores (2002) e Brusky e Magalhães (2006) mostram que o aumento da disponibilidade de crédito ao consumo, em contexto de estagnação salarial, aumento do custo de vida e ausência de redes de proteção, eleva o risco de sobreendividamento. Dynan e Kohn (2007) e Frade et al. (2008) destacam que prazos extensos, taxas de juros acumuladas e possibilidade de renovação frequente dos contratos contribuem para que famílias permaneçam endividadas por longos períodos, renovando dívidas sem conseguir reduzir o estoque total de obrigações. No caso brasileiro, o crédito consignado intensifica esse

processo ao garantir pagamento automático em folha, o que incentiva a concessão de novos empréstimos mesmo em orçamentos já pressionados (FURLAN, 2009).

Sob a ótica psicológica e comportamental, o endividamento não pode ser explicado apenas por indicadores objetivos de renda, juros ou prazo. A psicologia econômica e as finanças comportamentais apontam que crenças, valores, percepções de risco e significados atribuídos ao dinheiro influenciam diretamente a propensão a se endividar. Katona (1975) destaca que as decisões econômicas são mediadas por expectativas e motivações, enquanto Livingstone e Lunt (1992) mostram que dívidas pessoais são influenciadas por pressão social, estilo de vida e normas de consumo. Estudos sobre materialismo indicam que a centralidade atribuída à posse de bens na construção de identidade e status social está associada a maior propensão ao endividamento, sobretudo em contextos de baixa e média renda (PONCHIO, 2006; PONCHIO; ARANHA, 2008; RICHINS, 2004).

Outro elemento comportamental central é a educação financeira. Lusardi e Tufano (2009) demonstram que indivíduos com maior alfabetização financeira tendem a avaliar com mais precisão o custo do crédito e a evitar comprometer parcela excessiva da renda com dívidas. No contexto brasileiro, Matta (2007) e Nicácio Silva (2008) evidenciam que a falta de compreensão de conceitos como juros compostos, orçamento doméstico e risco financeiro aumenta a vulnerabilidade a contratos de crédito caros e pouco transparentes. Gärling et al. (2009), Nogueira (2009) e Keese (2010) mostram ainda que a percepção subjetiva de risco nem sempre acompanha os dados objetivos, o que ajuda a explicar por que alguns indivíduos subestimam o impacto de contratos longos e de múltiplos empréstimos simultâneos.

O artigo “Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento” aprofunda essa discussão ao analisar servidores da Universidade Federal de Santa Maria. As autoras identificam que variáveis como materialismo, percepção de risco e educação financeira influenciam a propensão ao endividamento, de modo que maior percepção de risco e maior nível de educação financeira se associam a menor propensão a contrair dívidas, enquanto níveis elevados de materialismo tendem a aumentá-la. Além disso, o estudo evidencia diferenças entre grupos, como casados e solteiros, indicando que fatores sociodemográficos interagem com aspectos psicológicos na formação do comportamento de endividamento.

Conforme se observa na Tabela 1, o estudo com servidores da UFSM confirma que o endividamento não é um fenômeno pontual, mas uma realidade disseminada entre trabalhadores

de instituição pública de ensino superior, com presença simultânea de diferentes modalidades de crédito no orçamento familiar. A diversidade de dívidas declaradas, como cartão de crédito, financiamentos e empréstimos pessoais, reforça a ideia de que o comportamento de endividamento está associado tanto a fatores econômicos (renda limitada, oferta de crédito e prazos alongados) quanto a aspectos comportamentais discutidos pela literatura, como materialismo, percepção de risco e nível de educação financeira.

Tabela 1 – Tipos de dívidas declaradas pelos servidores da UFSM

Tipo de dívida	Frequência (n)	Percentual (%)
Cheque especial	28	15,0
Financiamento de bem móvel	60	24,4
Cartão de crédito	67	27,2
Financiamento de bem imóvel	51	20,7
Empréstimo rural	3	1,2
Crediário	55	22,4
Empréstimo pessoal	51	20,7
Outro	7	2,8

Fonte: Flores, Vieira e Coronel (2013)

No estado de Goiás, as regras locais também sofreram alterações relevantes, com destaque para a ampliação do prazo máximo de contratos consignados de 96 para 144 meses, sob o argumento de que parcelas menores poderiam facilitar a gestão financeira dos servidores. A literatura, porém, alerta que a extensão excessiva do prazo não reduz o endividamento, apenas o prolonga, estabelecendo uma dependência estrutural do crédito e favorecendo a contratação de novos empréstimos para saldar dívidas anteriores, o que gera o chamado “efeito bola de neve” (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002; FRADE et al., 2008). Embora faltem pesquisas voltadas especificamente ao Tribunal de Justiça de Goiás, estudos realizados com servidores públicos em diferentes contextos indicam comprometimento recorrente de parcelas significativas da renda com consignados, o que sinaliza vulnerabilidade generalizada no serviço público.

O endividamento, portanto, não impacta apenas o orçamento, mas também a vida psicológica e social dos indivíduos. Servidores que destinam parte expressiva da remuneração a dívidas financeiras tendem a experimentar insegurança, ansiedade e perda de motivação, fatores

que repercutem diretamente em sua produtividade no trabalho. Marques (2021) enfatiza que o superendividamento deve ser compreendido não apenas como questão financeira, mas como processo de exclusão social, pois restringe a autonomia do sujeito e compromete sua cidadania plena. Carvalho observa que vieses cognitivos, como a preferência por ganhos imediatos e a subestimação das consequências futuras, ajudam a explicar a adesão a contratos longos e sucessivos, cujas parcelas parecem acessíveis, mas cujo impacto acumulado é elevado, quadro agravado pelo assédio comercial de bancos e financeiras, que utilizam estratégias agressivas de oferta de crédito.

Nesse contexto, a literatura converge para a compreensão de que o crédito consignado, criado como mecanismo de acesso facilitado ao crédito, transformou-se em vetor de endividamento crônico entre servidores públicos. Os avanços legislativos, embora relevantes, ainda se mostram insuficientes para conter práticas abusivas e reduzir a vulnerabilidade dessa categoria. No caso do Tribunal de Justiça de Goiás, esse panorama oferece um marco teórico indispensável para entender como fatores econômicos e comportamentais se articulam em um recorte institucional específico, exigindo análise crítica sob os aspectos econômico, jurídico, psicológico e social.

2.2 DIAGNÓSTICO DO ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES DO TJGO

A revisão de literatura demonstrou que o crédito consignado, inicialmente criado para ampliar o acesso ao crédito em condições supostamente mais seguras, acabou se tornando uma das principais causas de endividamento persistente entre servidores públicos (GENTIL, 2022; LOUREIRO, 2021). Esse cenário é agravado por fatores econômicos, como prazos contratuais cada vez mais extensos, taxas de juros acumuladas e facilidade de renovação de contratos, que funcionam como estímulo à manutenção contínua de dívidas (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002; BRUSKY; MAGALHÃES, 2006). Em estados como Goiás, a possibilidade de alongamento do prazo para pagamento, chegando a 144 meses, ainda que reduza o valor das parcelas, tende a ampliar o ciclo de dependência financeira do servidor, prolongando a vinculação da renda ao crédito consignado.

Do ponto de vista jurídico e social, esse processo aproxima o servidor da linha tênue entre endividamento e superendividamento, sobretudo quando a renda disponível para despesas

essenciais é comprimida. Marques (2021) enfatiza que, quando o pagamento de dívidas compromete o mínimo existencial, há violação da dignidade da pessoa humana, hipótese que motivou a edição da Lei nº 14.181/2021 e o reforço de mecanismos de prevenção, transparência e renegociação (PIOVESAN, 2021). No contexto do Tribunal de Justiça de Goiás, compreender essas dinâmicas exige olhar para a frequência de contratação de empréstimos consignados, o grau de comprometimento da renda e as características sociobiográficas dos servidores, articulando fatores econômicos e comportamentais como aqueles discutidos por Flores, Vieira e Coronel (2013) em estudo com servidores de instituição pública de ensino superior.

2.2.1 Frequência de Contratação de Empréstimos Consignados

Desde sua regulamentação em 2003, o crédito consignado se consolidou como uma das formas mais comuns de endividamento entre servidores públicos. A possibilidade de desconto direto em folha de pagamento oferece ao sistema financeiro alta segurança de recebimento, o que explica sua popularização nesse segmento específico da população (GENTIL, 2022). No caso do Tribunal de Justiça de Goiás, os dados internos analisados indicam que a contratação sucessiva de consignados se tornou um padrão recorrente, refletindo tanto a facilidade de acesso ao crédito quanto a crescente dependência desse mecanismo para organizar o orçamento doméstico.

Pesquisas nacionais apontam que servidores públicos figuram entre os grupos que mais recorrem à modalidade consignada, respondendo por parcela expressiva da carteira de crédito com desconto em folha (LOUREIRO, 2021; FURLAN, 2009). Gentil (2022) destaca que, para uma parte significativa desses trabalhadores, o consignado deixou de ser utilizado apenas em situações emergenciais e passou a financiar despesas ordinárias, como alimentação, saúde, moradia e educação. Esse uso rotineiro do crédito revela uma fragilidade orçamentária estrutural, na qual o salário líquido, sem o apoio do empréstimo, já não se mostra suficiente para cobrir os compromissos mensais.

Em Goiás, alterações normativas recentes ampliaram o prazo máximo para pagamento de empréstimos consignados, chegando a 144 meses em determinadas situações, sob a justificativa de aliviar o valor das parcelas mensais. Entretanto, estudos sobre endividamento de famílias e servidores mostram que prazos muito extensos tendem a transformar a dívida em componente

permanente da renda, estimulando a contratação de novos empréstimos antes mesmo da quitação dos anteriores (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002; BRUSKY; MAGALHÃES, 2006). Nesse contexto, o consignado deixa de ser um recurso pontual e passa a integrar a lógica de gestão orçamentária do servidor ao longo de grande parte da carreira.

Essa dinâmica é intensificada pelo assédio comercial de instituições financeiras. Marques (2021) destaca que o consumidor de crédito consignado se encontra em situação de vulnerabilidade ampliada, tanto pela dependência do crédito quanto pelas estratégias agressivas de oferta, como ligações frequentes, propostas de “troca de dívida por parcela menor” e promessas de liberação rápida de valores. Piovesan (2021) reforça que a ausência de informação clara sobre custos totais e juros efetivos, somada à apresentação das parcelas em valores aparentemente reduzidos, induz o tomador a contratar sucessivos empréstimos sem plena percepção do impacto acumulado sobre sua renda.

No âmbito do TJGO, decisões judiciais recentes revelam casos de servidores com múltiplos contratos ativos de consignado e adesão simultânea a cartão de crédito consignado, modalidade que costuma envolver taxas de juros mais elevadas e menor transparência na relação entre limite, fatura e desconto em folha. A análise desses casos ilustra como a combinação entre facilidade de contratação, pressão comercial e renda comprometida contribui para elevar a frequência de utilização da modalidade.

A cultura do consignado, já incorporada à rotina de grande parte dos servidores, também ajuda a explicar essa elevada frequência. Loureiro (2021) aponta que servidores recém-ingressos na carreira pública recorrem ao crédito consignado nos primeiros anos de serviço, muitas vezes para reorganizar dívidas preexistentes, adquirir bens duráveis ou ajustar o padrão de consumo ao novo nível de renda. Em linha semelhante, estudos sobre comportamento financeiro de servidores públicos sugerem que a estabilidade do vínculo empregatício funciona como elemento psicológico de segurança, reforçando a percepção de que é “mais seguro” assumir dívidas de longo prazo, desde que o desconto ocorra diretamente no contracheque (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013).

Outro fator que contribui para a elevada frequência de contratações é a ausência de políticas consistentes de educação financeira voltadas ao funcionalismo. Pesquisas sobre alfabetização financeira mostram que a falta de conhecimento sobre orçamento, juros e planejamento de longo prazo aumenta a propensão ao uso acrítico de crédito, sobretudo em modalidades aparentemente mais “seguras”, como o consignado (LUSARDI; TUFANO, 2009; MATTA, 2007). No TJGO, até

o momento, não se identificam programas estruturados e permanentes de educação financeira voltados especificamente aos servidores, o que favorece a manutenção de práticas de endividamento pouco refletidas.

Dessa forma, a análise da frequência de contratações entre os servidores do Tribunal de Justiça de Goiás revela que o consignado assumiu papel central em suas finanças, sendo utilizado tanto para cobrir despesas básicas quanto para reestruturar dívidas antigas. Os estudos de Gentil (2022) e Loureiro (2021) mostram que esse comportamento acompanha uma tendência nacional de dependência do crédito consignado entre servidores públicos. A literatura sobre endividamento e superendividamento, representada por autores como o Observatório do Endividamento dos Consumidores (2002), Brusky e Magalhães (2006) e Flores, Vieira e Coronel (2013), indica que essa realidade resulta da interação de fatores econômicos (renda limitada, prazos extensos, oferta agressiva de crédito) e comportamentais (percepção de segurança, baixa educação financeira, uso do crédito como complemento de renda). No contexto do TJGO, trata-se, portanto, de fenômeno multifatorial, que exige ações institucionais específicas para reduzir a frequência de contratações sucessivas e prevenir o avanço do superendividamento.

2.2.2 Comprometimento da Renda e Utilização da Margem Consignável

O comprometimento da renda dos servidores públicos com empréstimos consignados é um dos aspectos mais preocupantes do diagnóstico do endividamento, pois revela até que ponto a margem consignável é utilizada de forma plena ou próxima do limite. A legislação nacional, ao fixar inicialmente um teto de 30% da remuneração líquida para descontos, buscou equilibrar o acesso ao crédito com a preservação de condições mínimas de subsistência. Alterações posteriores, como a ampliação para 35% pela Lei nº 13.172/2015 e autorizações temporárias de margens superiores em contextos excepcionais, acabaram ampliando o espaço para o endividamento, criando uma realidade em que parcela expressiva do salário do servidor passa a ser destinada ao pagamento de dívidas de longo prazo (MARQUES, 2021; PIOVESAN, 2021).

No caso de Goiás, o quadro se torna ainda mais sensível em razão da possibilidade de contratação de empréstimos com prazos bastante extensos, o que reduz o valor das parcelas, mas prolonga a vinculação da renda ao crédito consignado. Estudos sobre endividamento e sobreendividamento de famílias mostram que a combinação entre parcelas aparentemente pequenas e

prazos muito longos produz uma sensação de alívio imediato, mas compromete o orçamento por vários anos, dificultando a recomposição do equilíbrio financeiro e estimulando a contração de novos empréstimos antes da quitação dos anteriores (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002; BRUSKY; MAGALHÃES, 2006; FRADE et al., 2008). Assim, mesmo quando o limite formal da margem consignável é respeitado, o trabalhador permanece, na prática, com parte significativa da remuneração indisponível por um período prolongado.

Pesquisas empíricas com famílias e servidores públicos em diferentes contextos apontam que o comprometimento médio da renda líquida com consignados situa-se frequentemente entre 30% e 40%, patamar acima do que seria considerado financeiramente saudável (FURLAN, 2009; FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013). Gentil (2022), ao analisar estatísticas nacionais, ressalta que, mesmo entre segmentos com renda relativamente estável, como os servidores públicos, a destinação de grande parte da remuneração a dívidas de longo prazo coloca o orçamento em situação de vulnerabilidade, sobretudo quando não há reserva financeira para enfrentar imprevistos.

Esse comprometimento elevado da renda tem implicações diretas sobre a qualidade de vida do servidor. Marques (2021) observa que, quando o pagamento de dívidas impede o custeio de necessidades essenciais, como alimentação, moradia e saúde, ocorre violação ao princípio da dignidade da pessoa humana. Lamy (2020) complementa que a exploração intensiva da margem consignável, sem proteção jurídica efetiva, transforma o trabalhador em refém do crédito, restringindo sua autonomia e sua cidadania. No âmbito do Tribunal de Justiça de Goiás, relatos presentes em processos judiciais mostram servidores que, após autorizarem descontos próximos ao limite legal, recorrem a novas linhas de crédito, muitas vezes fora da modalidade consignada e com juros mais elevados, para cobrir despesas básicas.

A literatura também chama atenção para os efeitos psicológicos do comprometimento da renda. Estudos em psicologia econômica indicam que a percepção de que parte relevante do salário está permanentemente comprometida gera sentimentos de insegurança, ansiedade e perda de controle financeiro, com impacto direto na motivação e na produtividade (KATONA, 1975; LIVINGSTONE; LUNT, 1992; FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013). Gentil (2022) acrescenta que essa sensação de desequilíbrio tende a levar muitos servidores a contratarem novos empréstimos como estratégia de alívio imediato, alimentando o ciclo de endividamento. A cultura institucional de normalização do consignado, na qual se considera “natural” viver com 30% ou

35% da remuneração comprometida com dívidas, contribui para que esse padrão se mantenha ao longo do tempo.

Outro ponto crítico refere-se ao conceito de mínimo existencial, reforçado pela Lei nº 14.181/2021, que visa proteger parcela da renda indispensável a uma vida digna. Piovesan (2021) destaca que a norma trouxe avanços ao proibir práticas abusivas e prever procedimentos de repactuação de dívidas, mas sua efetividade depende da interpretação concretizadora pelos tribunais. No âmbito do TJGO, ainda se verificam decisões que se limitam à análise do limite formal da margem consignável, sem avaliar, de forma mais ampla, se a renda remanescente é suficiente para garantir o mínimo existencial do servidor e de sua família. Essa ausência de análise contextualizada dificulta a plena concretização do direito à dignidade e evidencia a necessidade de políticas institucionais mais protetivas.

Além dos efeitos individuais, o comprometimento elevado da margem consignável produz reflexos institucionais. Estudos apontam que o excesso de dívidas impacta a motivação e a capacidade de concentração dos trabalhadores, aumenta o risco de adoecimento e contribui para o absenteísmo e para a queda de engajamento (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013; GENTIL, 2022). Documentos administrativos e diagnósticos internos em diferentes entes públicos reconhecem que o endividamento crônico de servidores representa risco tanto para o equilíbrio financeiro individual quanto para a eficiência organizacional, ao afetar produtividade, clima de trabalho e custos indiretos com licenças e substituições.

Em síntese, o diagnóstico do comprometimento da renda dos servidores do Tribunal de Justiça de Goiás revela um cenário em que a margem consignável, concebida como instrumento de proteção, se converte em limite constantemente pressionado e, em muitos casos, insuficiente para assegurar o mínimo existencial. A ampliação dos prazos contratuais, a facilidade de renovação de dívidas, a ausência de políticas estruturadas de educação financeira e a aplicação restrita das garantias legais agravam a vulnerabilidade dos servidores. Como indicam o Observatório do Endividamento dos Consumidores (2002), Brusky e Magalhães (2006), Frade et al. (2008) e Flores, Vieira e Coronel (2013), a utilização intensiva da margem consignável não deve ser entendida apenas como resultado de escolhas individuais, mas como expressão de um contexto econômico, normativo e comportamental que exige revisão crítica e ações efetivas para preservar a dignidade e a autonomia financeira dos servidores do TJGO.

2.3 PERFIL SOCIOBIOGRÁFICO E VULNERABILIDADE FINANCEIRA NO TJGO

O estudo do perfil sociobiográfico dos servidores do Tribunal de Justiça de Goiás revela que a vulnerabilidade financeira não resulta apenas de decisões individuais, mas é moldada por fatores sociais, econômicos, institucionais e comportamentais. Variáveis como idade, tempo de serviço, renda, cargo ocupado, composição familiar e nível de educação financeira exercem influência decisiva sobre os padrões de endividamento. Gentil (2022) argumenta que, entre servidores públicos, a estabilidade do vínculo empregatício cria terreno fértil para o uso recorrente do crédito consignado, mas os impactos dessa prática variam de acordo com as características pessoais de cada grupo. Loureiro (2021) reforça que, embora o crédito seja formalmente acessível a todos, a forma como cada faixa etária, nível de renda ou categoria profissional lida com ele é distinta, o que torna imprescindível considerar aspectos sociobiográficos na análise do superendividamento.

Pesquisas sobre endividamento e finanças comportamentais mostram que idade, gênero, estrutura familiar e renda influenciam a propensão a contrair dívidas e o modo como o indivíduo administra o crédito. Estudos com consumidores de baixa e média renda indicam que famílias numerosas, chefes de família monoparentais e indivíduos com forte orientação materialista tendem a recorrer com maior intensidade ao crédito para sustentar padrões de consumo e suprir necessidades básicas (PONCHIO, 2006; PONCHIO; ARANHA, 2008; OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002). No caso de servidores públicos, Flores, Vieira e Coronel (2013) evidenciam que fatores como escolaridade, faixa etária, estado civil e número de dependentes se articulam à percepção de risco e ao nível de educação financeira, contribuindo para explicar diferenças na propensão ao endividamento.

Além disso, a interação entre fatores individuais e coletivos mostra que o endividamento não é apenas reflexo de “más escolhas” financeiras. O desenho das regras normativas, como a possibilidade de prazos longos e a ampliação da margem consignável, reforça uma cultura institucional que naturaliza a dívida como parte permanente da vida funcional (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002; BRUSKY; MAGALHÃES, 2006). Estudos com servidores de diferentes regiões apontam que, em faixas salariais mais baixas, o consignado é utilizado predominantemente para garantir a subsistência e cobrir despesas essenciais, enquanto em rendas mais elevadas é frequentemente acionado para manter estilos de vida e padrões

de consumo mais altos (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013; GENTIL, 2022). Esses achados sugerem que, também no TJGO, a vulnerabilidade financeira deve ser compreendida como fenômeno plural, que afeta diferentes grupos de formas específicas e exige leitura sensível às características sociobiográficas dos servidores.

2.3.1 Influência da Idade e Tempo de Serviço Sobre o Endividamento

A idade é um dos fatores mais significativos para compreender os padrões de endividamento entre servidores públicos. Gentil (2022) aponta que muitos servidores recorrem ao crédito consignado logo após o ingresso na carreira, seja para cobrir despesas de instalação, adquirir bens de consumo duráveis ou reorganizar dívidas anteriores. Loureiro (2021) confirma essa tendência ao observar que, em poucos anos de serviço, uma parcela expressiva dos servidores já mantém ao menos um contrato de consignado ativo, frequentemente firmado sem avaliação cuidadosa dos impactos de longo prazo sobre a renda disponível. Essa prática reflete a percepção de que a estabilidade funcional funciona como uma “garantia” para assumir compromissos financeiros prolongados, o que reforça a confiança no uso recorrente do crédito.

O risco, porém, não se restringe aos mais jovens. Estudos sobre endividamento de famílias e sobre-endividamento indicam que dívidas de consumo tendem a se acumular ao longo do ciclo de vida, especialmente quando o crédito é utilizado de forma continuada para complementar a renda (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002; FRADE et al., 2008). Entre servidores em fase intermediária ou final da carreira, o consignado é frequentemente acionado para sustentar dependentes, reorganizar dívidas antigas ou fazer frente a gastos crescentes com saúde, educação e moradia. Nesses casos, o risco de perpetuação do endividamento é elevado, pois a margem de tempo para reequilibrar as finanças antes da aposentadoria é menor.

O tempo de serviço também revela contradições importantes. Em tese, a experiência acumulada poderia favorecer decisões mais prudentes, mas pesquisas com servidores públicos mostram que, na prática, não é raro que o número de contratos ativos aumente com os anos de carreira, seja por refinanciamentos sucessivos, seja pela contratação de novos empréstimos (FURLAN, 2009; FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013). Esses autores destacam que, na ausência de programas estruturados de educação financeira, o aprendizado decorrente da experiência não se

traduz, necessariamente, em maior cautela, o que contribui para a manutenção de padrões de endividamento em diferentes fases da trajetória profissional.

A psicologia econômica ajuda a explicar essa dinâmica ao mostrar que expectativas em relação à renda futura e à aposentadoria influenciam a disposição para assumir dívidas de longo prazo. Katona (1975) e Livingstone e Lunt (1992) ressaltam que a percepção de estabilidade e segurança pode incentivar a tomada de decisão baseada em ganhos imediatos, com subestimação das consequências futuras. No caso dos servidores, a expectativa de continuidade do vínculo e de recebimento de proventos após a aposentadoria favorece a naturalização da dívida como elemento constante da vida funcional, sobretudo quando o desconto é feito diretamente em folha de pagamento.

Em síntese, idade e tempo de serviço interagem para produzir vulnerabilidades distintas: servidores mais jovens tendem a recorrer ao crédito por inexperiência, pressão de consumo e necessidade de instalação; servidores mais antigos, por sua vez, acumulam dívidas de longo prazo e responsabilidades familiares que ampliam o risco de superendividamento. Os achados de Gentil (2022), Loureiro (2021) e Flores, Vieira e Coronel (2013) indicam que ambos os grupos são vulneráveis, ainda que por caminhos diferentes, o que reforça a necessidade de políticas institucionais de educação financeira e de prevenção ao endividamento adaptadas aos diversos perfis funcionais presentes no TJGO.

2.3.2 Situação Familiar, Cargo e Renda Como Determinantes do Nível de Dívida

A composição familiar é um dos elementos centrais para compreender o nível de endividamento. Estudos sobre sobre-endividamento de consumidores mostram que famílias numerosas, com filhos em idade escolar ou com múltiplos dependentes financeiros tendem a recorrer com maior frequência ao crédito, em razão das despesas elevadas com educação, alimentação, moradia e saúde (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002; FRADE et al., 2008). No caso dos servidores públicos, pesquisas indicam que, em muitos lares, o consignado deixa de ser um recurso eventual para se tornar mecanismo de sustentação do orçamento, utilizado para assegurar gastos essenciais ao longo do mês (GENTIL, 2022; LOUROUREIRO, 2021). Isso sugere que, no TJGO, parte expressiva dos

contratos ativos tende a estar associada a despesas de caráter básico, o que evidencia que, em diversos casos, o consignado não é luxo, mas estratégia de sobrevivência financeira.

O cargo ocupado e o nível remuneratório também influenciam o padrão de endividamento, ainda que de forma ambígua. Pesquisas com consumidores de baixa e média renda revelam que indivíduos com maior renda nominal nem sempre apresentam menor vulnerabilidade, pois muitas vezes ajustam seu padrão de consumo ao limite do crédito disponível, inclusive por meio do consignado (PONCHIO, 2006; PONCHIO; ARANHA, 2008). Nesses casos, o crédito é utilizado para manter estilos de vida mais elevados, financiando bens duráveis, serviços e padrões de consumo que ultrapassam a renda líquida disponível. Quando esse comportamento se associa a prazos longos e refinanciamentos sucessivos, os riscos de comprometimento futuro tornam-se significativos, mesmo para categorias com salários mais altos (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002; FRADE et al., 2008).

Para servidores com menor remuneração, o consignado geralmente assume papel distinto. Estudos sobre endividamento em segmentos de baixa renda apontam que o crédito é frequentemente direcionado ao custeio de despesas básicas, como alimentação, transporte, aluguel e contas domésticas, funcionando como complemento da renda mensal (BRUSKY; MAGALHÃES, 2006; FURLAN, 2009). Gentil (2022) mostra que, nesse grupo, a margem consignável, pensada originalmente como limite de proteção, acaba se tornando o teto de comprometimento possível, deixando os trabalhadores em situação de constante fragilidade, com pouca capacidade de poupança e baixa margem para enfrentar imprevistos. No contexto do TJGO, é plausível que servidores em funções administrativas e de apoio recorram ao consignado sobretudo para completar o orçamento doméstico, enquanto cargos de maior remuneração o utilizem, com mais frequência, para sustentar padrões de consumo ampliados.

A literatura também destaca o papel da rede de apoio ou de sua ausência. Estudos sobre sobre-endividamento indicam que famílias monoparentais ou servidores responsáveis por múltiplos dependentes, sem divisão de responsabilidades financeiras, apresentam maior risco de endividamento crítico, uma vez que concentram no titular do contracheque todas as obrigações econômicas (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002; FRADE et al., 2008). Nesses contextos, a pressão para manter o padrão mínimo de vida aumenta a exposição às ofertas de crédito e às estratégias de marketing agressivo das instituições financeiras.

Por fim, o fator renda líquida merece destaque. Pesquisas em finanças comportamentais apontam que, muitas vezes, indivíduos com salários nominais elevados superestimam sua capacidade de endividamento, desconsiderando o impacto dos descontos obrigatórios e dos compromissos já assumidos (KATONA, 1975; LIVINGSTONE; LUNT, 1992). Gentil (2022) observa que essa dinâmica pode gerar uma “ilusão de prosperidade”, na qual o valor bruto do salário esconde uma margem disponível cada vez mais reduzida após o pagamento de dívidas. Assim, tanto servidores de baixa quanto de alta renda compartilham vulnerabilidades, ainda que em dimensões distintas: para uns, o consignado garante a subsistência; para outros, mantém padrões de consumo.

Em síntese, a situação familiar, o cargo e a renda interagem de forma complexa, explicando por que o superendividamento no TJGO não se restringe a um grupo específico. Como indicam o Observatório do Endividamento dos Consumidores (2002), Frade et al. (2008), Gentil (2022) e Loureiro (2021), a vulnerabilidade atinge servidores de diferentes perfis, ainda que por motivos diversos. Essa constatação exige que políticas institucionais sejam desenhadas com sensibilidade às diferenças sociobiográficas, evitando soluções uniformes e promovendo ações de prevenção e educação financeira ajustadas às realidades específicas de cada segmento de servidor.

2.4 IMPACTOS DO ENDIVIDAMENTO CONSIGNADO NO CONTEXTO DO TJGO

O exame dos impactos do endividamento consignado no âmbito do Tribunal de Justiça de Goiás exige reconhecer que os efeitos das dívidas extrapolam a esfera individual e alcançam dimensões sociais e institucionais. Estudos sobre endividamento e sobre-endividamento de famílias mostram que a acumulação de dívidas compromete não apenas a saúde financeira, mas também a qualidade de vida, gerando sobrecarga emocional, conflitos familiares, sentimento de perda de controle e restrições à participação social (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002; FRADE et al., 2008; GENTIL, 2022). Pesquisas em psicologia econômica e comportamento financeiro indicam, ainda, que a preocupação constante com dívidas afeta a motivação, a capacidade de concentração e o engajamento no trabalho, o que, no serviço público, repercute diretamente na produtividade e na imagem institucional dos órgãos em que esses trabalhadores atuam (KATONA, 1975; LIVINGSTONE; LUNT, 1992; FLORES; VIEIRA;

CORONEL, 2013). Assim, analisar o fenômeno no contexto do TJGO torna-se fundamental para avaliar não apenas os reflexos pessoais do endividamento, mas também os riscos organizacionais decorrentes da fragilidade financeira de seus servidores.

2.4.1 Consequências Psicológicas e Sociais Entre Servidores Endividados

O endividamento consignado repercute de maneira profunda sobre a saúde mental dos servidores. Estudos sobre sobre-endividamento de consumidores mostram que o excesso de dívidas está associado a sentimentos de ansiedade, culpa e impotência, especialmente quando a renda disponível se torna insuficiente para garantir o mínimo existencial (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002; FRADE et al., 2008). No caso de servidores públicos, pesquisas indicam que a insatisfação com a situação financeira se relaciona à queda na qualidade de vida, à piora do sono e da autoestima, além de tensões conjugais e conflitos familiares decorrentes da dificuldade em cumprir compromissos básicos (GENTIL, 2022; LOUREIRO, 2021).

A literatura em psicologia econômica reforça que o endividamento persistente tende a provocar sofrimento psicológico contínuo. Katona (1975) destaca que a percepção de perda de controle sobre o orçamento gera insegurança e preocupação constante com o futuro, enquanto Livingstone e Lunt (1992) mostram que indivíduos altamente endividados evitam expor sua situação por medo de estigmatização, o que agrava sentimentos de vergonha, isolamento e desamparo. Esses achados indicam que as dívidas não se limitam a um problema econômico, mas afetam diretamente o equilíbrio emocional e a sensação de autonomia.

Outro ponto relevante é o uso recorrente do crédito consignado para custear despesas básicas, como alimentação, moradia, transporte e educação de filhos. Estudos com famílias e consumidores de baixa e média renda evidenciam que, quando o crédito passa a ser utilizado de forma permanente para cobrir gastos essenciais, instala-se um sentimento de dependência contínua do sistema financeiro e de vulnerabilidade diante de qualquer imprevisto, como doença ou perda de renda complementar (BRUSKY; MAGALHÃES, 2006; FURLAN, 2009). No contexto do TJGO, a utilização do consignado como complemento de subsistência tende a reproduzir esse quadro, intensificando a pressão emocional sobre os servidores.

Do ponto de vista social, o endividamento restringe a participação em atividades de lazer, culturais e comunitárias. A literatura sobre sobre-endividamento aponta que o comprometimento elevado da renda com dívidas leva muitas famílias a reduzir drasticamente despesas consideradas “não essenciais”, o que implica diminuição de contatos sociais, fragilização das redes de apoio e sensação de exclusão em relação ao grupo de pares (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002; FRADE et al., 2008). Esse afastamento tende a agravar o sofrimento emocional, uma vez que reduz oportunidades de diálogo e de compartilhamento de estratégias de enfrentamento.

Por fim, o estigma associado às dívidas reforça a marginalização dos servidores endividados. Livingstone e Lunt (1992) mostram que a vergonha de admitir dificuldades financeiras leva muitos indivíduos a silenciar sobre o tema, retardando a busca por apoio psicológico, orientação financeira ou assistência jurídica. Flores, Vieira e Coronel (2013), ao analisarem fatores comportamentais relacionados à propensão ao endividamento, ressaltam que a combinação entre pressão econômica, culpa e ocultação do problema compromete a capacidade de tomar decisões racionais e de reorganizar o orçamento, o que contribui para a manutenção e o agravamento do endividamento. Esses elementos confirmam que o superendividamento ultrapassa a esfera financeira, alcançando dimensões emocionais e sociais que comprometem a cidadania plena e o bem-estar dos servidores do Tribunal de Justiça de Goiás.

2.4.2 Repercussões Institucionais: Produtividade, Engajamento e Risco Organizacional

Os efeitos do superendividamento não se restringem à vida privada, alcançando também o ambiente institucional do Tribunal de Justiça de Goiás. Estudos em psicologia econômica e comportamento financeiro indicam que preocupações constantes com dívidas reduzem a capacidade de concentração, aumentam o nível de estresse e prejudicam o desempenho nas atividades cotidianas (KATONA, 1975; LIVINGSTONE; LUNT, 1992). Quando uma parcela significativa da renda está permanentemente comprometida com empréstimos consignados, o servidor tende a dedicar parte de sua energia mental à gestão das contas, às negociações com credores e ao medo de inadimplência, o que impacta diretamente a produtividade no trabalho.

Além disso, pesquisas sobre endividamento e qualidade de vida mostram que a pressão financeira prolongada contribui para o adoecimento físico e emocional, favorecendo quadros de

ansiedade, insônia e sintomas depressivos (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002; FRADE et al., 2008). No contexto organizacional, esses efeitos se traduzem em aumento do absenteísmo, licenças médicas e afastamentos por motivos de saúde, elevando custos indiretos e exigindo esforços adicionais de gestão de pessoal. Gentil (2022) e Loureiro (2021) ressaltam que a insatisfação com a situação financeira está associada à queda no engajamento e à redução da disposição para colaborar em projetos institucionais.

A motivação também é afetada pelo superendividamento. A percepção de impotência diante de dívidas de longo prazo e de margens consignáveis constantemente pressionadas tende a enfraquecer o vínculo subjetivo do servidor com a instituição. Loureiro (2021) observa que, quando o trabalhador sente que sua vida financeira está fora de controle, é comum que se sinta menos inclinado a assumir responsabilidades adicionais, propor inovações ou participar ativamente de iniciativas coletivas. Flores, Vieira e Coronel (2013) acrescentam que a combinação entre pressão econômica e sentimentos de culpa e vergonha pode comprometer a confiança nas relações de trabalho, fragilizando a cultura organizacional.

Em termos de risco organizacional, a vulnerabilidade financeira dos servidores amplia a probabilidade de erros operacionais e pode, em situações extremas, aumentar a exposição a condutas antiéticas. A literatura sobre sobre-endividamento chama atenção para o fato de que dificuldades econômicas severas podem levar indivíduos a buscar fontes adicionais de renda, por vezes incompatíveis com a função pública, ou a assumir riscos que não assumiriam em condições de equilíbrio financeiro (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002; FRADE et al., 2008). No caso do TJGO, esse cenário representa não apenas um problema de gestão de pessoas, mas também um risco à integridade institucional e à confiança da sociedade no Poder Judiciário.

Há ainda impactos administrativos indiretos. O elevado número de contratos consignados tende a gerar demandas recorrentes relacionadas a conferência de descontos, esclarecimentos sobre limites de margem, pedidos de revisão e, em alguns casos, ações judiciais envolvendo instituições financeiras conveniadas. Esses desdobramentos exigem tempo de equipes técnicas e jurídicas, ampliando a complexidade da gestão interna. Gentil (2022) aponta que, em instituições nas quais o endividamento de servidores é elevado, torna-se necessário investir em ações de apoio, como programas de educação financeira e atendimento psicossocial, o que, embora essencial, também implica custo e planejamento.

Por fim, a imagem institucional do Tribunal de Justiça de Goiás pode ser afetada se o problema do endividamento dos servidores não for reconhecido e enfrentado de maneira estruturada. Uma instituição que não se preocupa com o bem-estar financeiro e emocional de seus trabalhadores corre o risco de ver enfraquecida sua legitimidade social, sobretudo em um contexto em que se espera do Judiciário não apenas a aplicação da lei, mas também a promoção de condições de trabalho dignas em seu interior (MARQUES, 2021; PIOVESAN, 2021). Nesse sentido, a omissão diante do superendividamento deixa de ser apenas uma falha administrativa e passa a configurar um risco institucional, com potencial de comprometer a credibilidade e a efetividade do próprio Judiciário.

2.5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO TJGO E ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DO SUPERENDIVIDAMENTO

A análise dos impactos psicológicos, sociais e institucionais do endividamento consignado demonstra que a questão não pode ser tratada apenas como problema individual de gestão de finanças pessoais. Os efeitos negativos sobre a qualidade de vida dos servidores, a produtividade, o clima organizacional e a própria credibilidade do tribunal evidenciam a necessidade de respostas estruturadas, articulando prevenção, proteção jurídica e apoio psicossocial (MARQUES, 2021; PIOVESAN, 2021). Nesse contexto, torna-se fundamental examinar experiências já desenvolvidas em instituições públicas brasileiras, especialmente no campo da educação financeira e da aplicação da Lei nº 14.181/2021, para, a partir delas, propor estratégias específicas e adaptadas à realidade do Tribunal de Justiça de Goiás.

2.5.1 Avaliação das Ações Institucionais já Adotadas

No cenário nacional, uma experiência relevante é o estudo de Makário Luiz Orozimbo Júnior (2021), que analisou a educação financeira como instrumento de mitigação do superendividamento entre servidores públicos em Aparecida de Goiânia. O autor demonstra que programas de capacitação em finanças pessoais contribuem para melhorar a percepção de risco, incentivar o planejamento orçamentário e reduzir comportamentos impulsivos no uso do crédito

consignado. Contudo, observa que essas iniciativas, em geral, são pontuais e não se convertem em políticas permanentes, o que limita seu impacto de longo prazo.

Relatórios de entidades como a BANCO CENTRAL DO BRASIL (2024) reforçam esse diagnóstico ao mapear iniciativas de educação financeira no Brasil e concluir que a maioria delas ocorre de forma isolada, sem continuidade e sem integração entre órgãos públicos, instituições financeiras e organizações da sociedade. Essa fragmentação reduz o potencial de transformação social e deixa segmentos importantes, como os servidores públicos, em condição de vulnerabilidade persistente.

O estudo de Savoia, Saito e Santana (2007) também é expressivo. Ao discutir paradigmas da educação financeira no Brasil, os autores mostram que oficinas, cursos e programas de orientação podem ampliar a compreensão sobre juros, risco e endividamento, estimulando maior cautela na contratação de crédito. Porém, destacam que tais ações costumam não estar articuladas a estratégias institucionais estáveis, o que dificulta a internalização de novos comportamentos e a criação de uma cultura de planejamento de longo prazo.

No âmbito do Poder Judiciário, uma iniciativa importante é a Cartilha do Superendividamento, publicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2022), que apresenta orientações práticas para evitar abusos contratuais, esclarece direitos básicos dos consumidores de crédito e aborda limites da margem consignável. Embora concebido para o público em geral, esse material pode ser aproveitado como instrumento pedagógico dentro do TJGO, desde que seja divulgado de forma ativa e integrado a ações de formação continuada dos servidores.

Do ponto de vista regulatório, a Lei nº 14.181/2021 representou um avanço ao estabelecer mecanismos de prevenção e tratamento do superendividamento, com ênfase em transparência, renegociação e proteção do mínimo existencial (MARQUES, 2021; PIOVESAN, 2021). Entretanto, a literatura aponta que a efetividade desses mecanismos depende da fiscalização e da atuação concreta das instituições, pois, na prática, muitos consumidores continuam contratando crédito em condições desfavoráveis, reproduzindo ciclos de endividamento.

De modo geral, verifica-se que as ações institucionais existentes no Brasil têm potencial, mas ainda carecem de integração, continuidade e monitoramento sistemático. Para o Tribunal de Justiça de Goiás, a avaliação crítica dessas experiências é fundamental, tanto para adaptar boas práticas já testadas quanto para identificar lacunas que comprometem a eficácia das políticas de prevenção ao superendividamento de seus servidores.

2.5.2 Estratégias de Prevenção e Propostas de Intervenção Aplicáveis ao TJGO

Uma das estratégias prioritárias para o Tribunal de Justiça de Goiás deve ser a criação de um programa permanente de educação financeira voltado aos servidores. Makário (2021) demonstra que ações pontuais, como cursos isolados ou palestras esporádicas, tendem a produzir efeitos limitados ao longo do tempo. Por isso, recomenda-se que o TJGO estruture um programa contínuo, incorporando conteúdos de planejamento orçamentário, uso consciente do crédito, compreensão da margem consignável e prevenção do superendividamento, alcançando tanto servidores recém-ingressos quanto aqueles em fase intermediária ou final de carreira.

Outro eixo central é a oferta de serviços de orientação individualizada. Experiências internacionais compiladas pela OCDE (2020) indicam que iniciativas de aconselhamento financeiro personalizado geram resultados mais consistentes do que ações genéricas, pois permitem considerar situações específicas, como famílias numerosas, monoparentalidade, múltiplos dependentes ou histórico de endividamento crítico. No TJGO, esse tipo de apoio poderia ser oferecido em parceria com profissionais especializados em finanças pessoais e psicologia econômica, garantindo atendimento sigiloso e direcionado a servidores em maior situação de vulnerabilidade.

A comunicação interna também precisa ser fortalecida. A Cartilha do Superendividamento, elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2022), reúne orientações claras sobre direitos, deveres, limites da margem consignável e riscos associados ao uso excessivo do crédito. Esse material pode ser utilizado como base para campanhas de sensibilização, envio de informativos, realização de rodas de conversa e divulgação de conteúdos em canais institucionais, reforçando a transparência sobre juros, prazos e consequências do comprometimento elevado da renda.

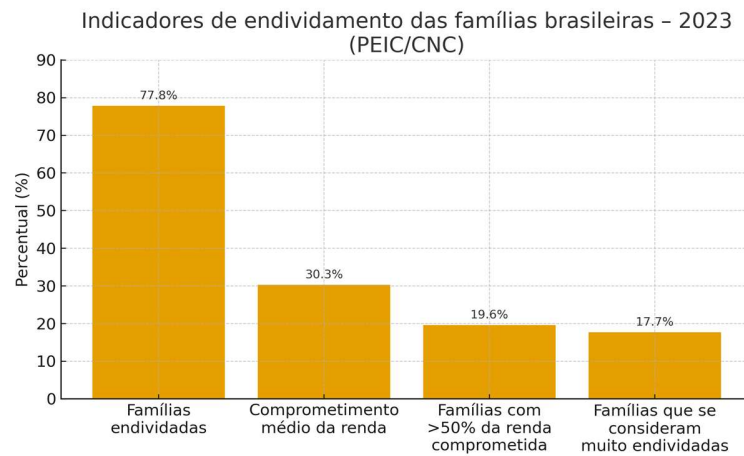
Além da dimensão educativa, o tribunal pode adotar normas internas mais protetivas. Em consonância com os princípios da Lei nº 14.181/2021, é possível estabelecer procedimentos de análise prévia do impacto orçamentário antes da autorização de novos consignados, estimulando que o servidor tenha acesso a simulações de diferentes cenários de endividamento e seja orientado sobre o efeito acumulado de refinanciamentos sucessivos (MARQUES, 2021; PIOVESAN, 2021). Medidas desse tipo não impedem o acesso ao crédito, mas induzem decisões mais conscientes e alinhadas à preservação do mínimo existencial.

As parcerias institucionais constituem, ainda, uma alternativa importante. Relatórios da ANBIMA (2024) apontam que a integração entre universidades, órgãos públicos e instituições do sistema financeiro amplia o alcance e a qualidade dos programas de educação financeira. Nesse sentido, o TJGO poderia firmar convênios com instituições de ensino superior e entidades especializadas para ofertar cursos, oficinas e consultorias a seus servidores, reduzindo custos e fortalecendo o caráter técnico das ações.

Por fim, o monitoramento sistemático deve fazer parte da política institucional. Makário (2021) destaca que a avaliação periódica das iniciativas é essencial para aperfeiçoar estratégias e corrigir falhas. No caso do TJGO, o acompanhamento de indicadores como número médio de contratos consignados por servidor, percentual de renda comprometida, frequência de refinanciamentos e participação em ações de educação financeira permitiria verificar a eficácia das medidas adotadas e ajustar as intervenções conforme a realidade observada. Dessa maneira, o tribunal deixaria de atuar apenas de forma reativa e passaria a desenvolver uma política preventiva, articulando proteção jurídica, apoio institucional e promoção da autonomia financeira de seus servidores.

O Gráfico 1 apresenta os principais indicadores nacionais de endividamento das famílias brasileiras, conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em 2023. Observa-se que o percentual de famílias endividadas permanece em patamares elevados ao longo do período analisado, acompanhado por uma parcela significativa de domicílios com contas em atraso e, dentro desse grupo, por famílias que declararam não ter condições de quitar suas dívidas. Ainda que tais dados se refiram ao conjunto da população, eles ajudam a contextualizar o cenário em que se insere o crédito consignado e o superendividamento, evidenciando que a dependência do crédito para a composição do orçamento mensal é um fenômeno estrutural no país. Nesse sentido, a realidade dos servidores do Tribunal de Justiça de Goiás não se configura como exceção, mas como expressão específica de uma dinâmica mais ampla de endividamento crônico, o que reforça a relevância da análise empreendida neste trabalho.

Gráfico 1



Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), 2023.

2.5.3 Finanças Comportamentais e a Tomada de Decisão no Endividamento

As finanças comportamentais ajudam a compreender que as decisões financeiras não são tomadas apenas com base em cálculos objetivos, renda disponível ou taxas de juros. Na prática, as pessoas também decidem a partir de emoções, percepções subjetivas, pressões do contexto e atalhos mentais que influenciam a forma como avaliam riscos e benefícios. Nesse campo, Tversky e Kahneman (1974) demonstram que os indivíduos recorrem com frequência a heurísticas, como disponibilidade, representatividade e ancoragem, para simplificar escolhas em situações de incerteza. Embora esses mecanismos facilitem a decisão, eles também podem produzir erros sistemáticos de julgamento.

Um dos marcos centrais dessa abordagem é a Teoria do Prospecto, formulada por Kahneman e Tversky (1979). Segundo os autores, as pessoas tendem a avaliar ganhos e perdas a partir de um ponto de referência subjetivo, e não de maneira puramente racional. Além disso, reagem de forma mais intensa às perdas do que aos ganhos equivalentes. Isso significa que, diante de uma situação financeira difícil, muitos indivíduos priorizam soluções que tragam alívio imediato, ainda que isso produza consequências negativas no futuro. No caso do crédito consignado, esse raciocínio ajuda a explicar por que o servidor pode optar por contratar um

empréstimo para resolver um problema urgente sem avaliar com profundidade o impacto acumulado dessa decisão sobre sua renda ao longo do tempo.

Essa lógica se torna ainda mais evidente quando se observam os vieses cognitivos envolvidos nas escolhas financeiras. A ancoragem, por exemplo, pode fazer com que a pessoa concentre sua atenção no valor da parcela mensal, deixando em segundo plano o custo total da dívida. A heurística da disponibilidade pode levar o indivíduo a decidir com base em experiências recentes, como um imprevisto doméstico, uma emergência familiar ou o relato de colegas que utilizaram o consignado sem maiores dificuldades. Já a representatividade pode reforçar a ideia de que essa modalidade é sempre segura apenas porque o desconto é feito diretamente em folha, o que reduz a percepção dos riscos associados ao comprometimento prolongado da renda.

Outro viés relevante para a compreensão do endividamento é o excesso de confiança. Barber e Odean (2000) mostram que muitos indivíduos tendem a superestimar sua capacidade de controlar decisões financeiras e prever seus resultados. Ainda que o estudo tenha sido desenvolvido no campo dos investimentos, essa reflexão pode ser aplicada ao crédito. Entre servidores públicos, esse viés pode aparecer na crença de que será possível administrar sucessivos empréstimos, refinanciamentos ou ampliações da margem consignável sem prejuízo real ao orçamento. Em vez de funcionar como recurso pontual, o crédito passa a ser tratado como extensão da renda, criando uma sensação enganosa de controle financeiro.

Também merece destaque a contribuição de De Bondt e Thaler (1985), que evidenciam como os agentes econômicos frequentemente reagem de forma exagerada a eventos inesperados. Essa leitura é útil porque mostra que decisões financeiras nem sempre são frias ou planejadas. Em contextos de pressão econômica, instabilidade familiar ou receio de perda de padrão de vida, o indivíduo pode agir impulsivamente, buscando no crédito uma resposta rápida. Nesses casos, o empréstimo não é contratado apenas por conveniência econômica, mas também como tentativa de recuperar segurança ou estabilidade emocional diante de um cenário percebido como ameaçador.

A consolidação das finanças comportamentais como campo de estudo foi aprofundada por Barberis e Thaler (2003), que sistematizam a literatura e mostram como limitações cognitivas, fatores psicológicos e imperfeições do comportamento humano afetam as escolhas econômicas. Estudos mais recentes confirmam a atualidade dessa abordagem. Kumar et al. (2022), em análise bibliométrica, identificam que temas como excesso de confiança, efeito disposição, sentimento do investidor e comportamento de manada continuam entre os principais núcleos da área. De modo

semelhante, Corzo, Hernán e Pedrosa (2024) mostram que o campo segue em expansão e mantém forte interesse científico em torno dos mecanismos que explicam a racionalidade limitada nas decisões financeiras.

Embora parte dessa produção recente esteja voltada para investimentos, especialmente no mercado de criptomoedas, suas conclusões ajudam a compreender um fenômeno mais amplo. Ballis e Verousis (2022) e Almeida e Gonçalves (2023) indicam que escolhas financeiras são frequentemente influenciadas por emoção, influência social e sentimento coletivo.

Boubaker et al. (2023), ao analisarem a produção científica sobre finanças no contexto da pandemia, também mostram que momentos de crise tendem a intensificar vieses comportamentais, como excesso de confiança e comportamento de manada. Isso reforça a ideia de que a tomada de decisão financeira é profundamente afetada pelo ambiente e pelo estado emocional dos agentes.

No contexto do Tribunal de Justiça de Goiás, essa perspectiva é especialmente relevante. O endividamento dos servidores não pode ser explicado apenas por variáveis objetivas, como renda, cargo ou percentual da margem consignável. É necessário considerar, também, a forma como esses servidores percebem o crédito, interpretam o risco e tomam decisões em situações de pressão financeira. Em muitos casos, a contratação do consignado pode estar ligada não apenas à necessidade material, mas também à tentativa de preservar uma sensação de estabilidade, evitar perdas imediatas ou responder a urgências do cotidiano sem reflexão suficiente sobre os efeitos futuros.

Por essa razão, incorporar as finanças comportamentais à análise do endividamento amplia a capacidade explicativa do trabalho e fortalece suas propostas institucionais. Políticas de prevenção ao superendividamento tendem a ser mais eficazes quando reconhecem que a simples oferta de informação nem sempre basta. É preciso apresentar essa informação de forma clara, concreta e acessível, com simulações, exemplos práticos e mecanismos que ajudem o servidor a perceber o custo real do crédito e os riscos da contratação sucessiva.

Ao considerar como as pessoas realmente decidem, e não apenas como deveriam decidir em tese, o Tribunal de Justiça de Goiás pode construir ações mais efetivas de educação financeira, prevenção e fortalecimento da autonomia de seus servidores.

2.5.4 Endividamento de servidores públicos: evidências empíricas e fatores associados

O endividamento de servidores públicos tem sido objeto de crescente atenção na literatura, especialmente em razão da expansão do crédito consignado e da aparente contradição entre estabilidade de renda e vulnerabilidade financeira. Embora o vínculo estável seja frequentemente associado à segurança econômica, diversos estudos demonstram que essa característica, por si só, não impede o endividamento, podendo inclusive facilitar o acesso ao crédito e estimular sua utilização recorrente.

No contexto brasileiro, pesquisas indicam que servidores públicos figuram entre os grupos com maior acesso ao crédito consignado, o que contribui para níveis elevados de comprometimento de renda. Claudino, Nunes e Silva (2009), ao analisarem servidores de uma instituição pública, identificaram que fatores como baixa educação financeira, ausência de planejamento e facilidade de acesso ao crédito influenciam diretamente o comportamento de endividamento. Esses achados sugerem que a estabilidade funcional não garante, necessariamente, uma gestão financeira equilibrada.

A dimensão comportamental também se mostra relevante. Flores, Vieira e Coronel (2013) evidenciam que variáveis como materialismo, percepção de risco e nível de educação financeira exercem influência significativa sobre a propensão ao endividamento. Os autores demonstram que indivíduos com menor percepção de risco e menor conhecimento financeiro tendem a assumir dívidas com maior frequência, enquanto aqueles com maior nível de educação financeira apresentam comportamento mais cauteloso. Esse resultado reforça a importância de considerar aspectos psicológicos na análise do fenômeno.

Sob uma perspectiva crítica, Gentil e Bruno (2022) argumentam que o próprio Estado desempenha papel relevante na dinâmica de endividamento dos servidores, ao viabilizar e ampliar o acesso ao crédito consignado. Segundo os autores, esse processo pode resultar em uma forma de comprometimento estrutural da renda, na qual o salário já chega parcialmente destinado ao pagamento de dívidas, reduzindo a autonomia financeira do trabalhador e criando uma dependência contínua do crédito.

Estudos mais recentes também apontam que fatores sociodemográficos influenciam o nível de endividamento. Pesquisas indicam que variáveis como idade, sexo, renda e condição de aposentadoria estão associadas a diferentes perfis de risco financeiro, sendo possível identificar

grupos mais vulneráveis dentro do funcionalismo público. Além disso, a relação entre endividamento e qualidade de vida tem sido destacada por autores como Pereira (2020), que evidencia impactos negativos do comprometimento excessivo da renda sobre o bem-estar, a saúde mental e as relações sociais dos servidores.

No plano internacional, a literatura confirma a relevância da educação financeira como fator moderador do endividamento. Asli, Sawandi e Saad (2021) demonstram que a literacia financeira reduz a propensão ao endividamento entre servidores públicos, mesmo quando há influência de fatores como estilo de vida e atitudes em relação ao crédito. De forma semelhante, Lusardi e Tufano (2015) mostram que indivíduos com menor compreensão sobre dívidas tendem a realizar operações financeiras mais onerosas, acumulando custos e aumentando sua vulnerabilidade.

Além disso, estudos recentes sobre crédito digital e novas formas de financiamento indicam que fatores comportamentais e socioculturais continuam desempenhando papel central na propensão ao endividamento. Pesquisas realizadas em contextos como o da Indonésia mostram que a estabilidade no emprego, combinada com baixa literacia financeira e vieses comportamentais, pode ampliar o risco de endividamento, mesmo em ambientes com diferentes estruturas econômicas.

Dessa forma, a literatura converge para a compreensão de que o endividamento de servidores públicos é um fenômeno multifatorial, resultante da interação entre condições econômicas, fatores comportamentais e características institucionais. No caso do Tribunal de Justiça de Goiás, essa perspectiva reforça a necessidade de políticas que considerem não apenas a renda e o acesso ao crédito, mas também o perfil dos servidores, seus hábitos financeiros e o contexto organizacional em que estão inseridos.

Dessa forma, a literatura converge para a compreensão de que o endividamento de servidores públicos é um fenômeno multifatorial, resultante da interação entre condições econômicas, fatores comportamentais e características institucionais. No caso do Tribunal de Justiça de Goiás, essa perspectiva reforça a necessidade de políticas que considerem não apenas a renda e o acesso ao crédito, mas também o perfil dos servidores, seus hábitos financeiros e o contexto organizacional em que estão inseridos.

Tabela 2 – Síntese de estudos sobre endividamento de servidores públicos e fatores associados

Autores	Ano	Tema	Variáveis Relevantes
Claudino, L. P.; Nunes, M. B.; Silva, F. C.	2009	Finanças pessoais e endividamento de servidores públicos	hábitos financeiros, educação financeira, planejamento financeiro, nível de endividamento
Flores, S. A. M.; Vieira, K. M.; Coronel, D. A.	2013	Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento	materialismo, percepção de risco, educação financeira, propensão ao endividamento
Gentil, D. L.; Bruno, M.	2022	Endividamento dos servidores públicos brasileiros e expropriação salarial impulsionada pelo Estado	crédito consignado, comprometimento da renda, financeirização, políticas estatais de crédito
Pereira, R. M.	2020	Endividamento e qualidade de vida de servidores públicos brasileiros	qualidade de vida, estabilidade no emprego, renda, desigualdade de gênero, endividamento
Asli, A.; Sawandi, N.; Saad, R. A. J.	2021	Intenção ao endividamento entre servidores públicos	literacia financeira, atitude em relação ao endividamento, estilo de vida, obrigações religiosas
Lusardi, A.; Tufano, P.	2015	Literacia sobre dívidas, experiências financeiras e sobre-endividamento	conhecimento financeiro, custos de crédito, experiência financeira, sobre-endividamento
Claudino, L. P.; Nunes, M. B.; Silva, F. C.	2009	Finanças pessoais e endividamento de servidores públicos	hábitos financeiros, educação financeira, planejamento financeiro, nível de endividamento
Flores, S. A. M.; Vieira, K. M.; Coronel, D. A.	2013	Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento	materialismo, percepção de risco, educação financeira, propensão ao endividamento
Gentil, D. L.; Bruno, M.	2022	Endividamento dos servidores públicos brasileiros e expropriação salarial impulsionada pelo Estado	crédito consignado, comprometimento da renda, financeirização, políticas estatais de crédito
Pereira, R. M.	2020	Endividamento e qualidade de vida de servidores públicos brasileiros	qualidade de vida, estabilidade no emprego, renda, desigualdade de gênero, endividamento
Asli, A.; Sawandi, N.; Saad, R. A. J.	2021	Intenção ao endividamento entre servidores públicos	literacia financeira, atitude em relação ao endividamento, estilo de vida, obrigações religiosas

Fonte: Elaboração própria com base nos autores citados.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Tratou-se de um estudo quantitativo, transversal, de corte seccional, com abordagem descritivo-explicativa e componente aplicado, uma vez que buscou subsidiar recomendações institucionais relacionadas à prevenção e mitigação da vulnerabilidade financeira associada ao uso de crédito consignado no Tribunal de Justiça de Goiás.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população da pesquisa foi composta por servidores ativos, inativos e pensionistas do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, conforme o recorte definido no estudo. Considerou-se, como universo aproximado da pesquisa, o total de 5.000 indivíduos, distribuídos entre servidores ativos, aposentados e pensionistas.

A amostra final foi constituída por 113 participantes que responderam voluntariamente ao questionário eletrônico disponibilizado durante o período de coleta de dados. Em razão das características operacionais da pesquisa e da forma de acesso aos participantes, adotou-se amostragem não probabilística por conveniência, contemplando diferentes perfis funcionais, faixas de renda, tempo de serviço, situação familiar e demais características sociodemográficas relevantes ao fenômeno investigado.

3.2.1 Amostragem

A amostragem adotada foi não probabilística por conveniência, em razão da forma de acesso aos participantes e da adesão voluntária ao questionário eletrônico. Buscou-se contemplar diferentes perfis de servidores, considerando categoria funcional, faixa de renda, cargo, tempo de serviço, situação familiar e demais características sociodemográficas relevantes ao estudo.

Inicialmente, realizou-se cálculo amostral para população finita, considerando nível de confiança de 95%, margem de erro de 5% e proporção esperada de 50%, o que indicaria amostra mínima estimada de 357 participantes. Contudo, ao final do período de coleta de dados, foram obtidas 113 respostas válidas.

Embora o número final de respondentes tenha sido inferior ao tamanho amostral inicialmente estimado, a amostra obtida foi considerada adequada aos objetivos exploratórios, descritivos e explicativos da pesquisa, especialmente por permitir a identificação de padrões relevantes de endividamento, refinanciamento, alfabetização financeira, bem-estar financeiro e vulnerabilidade econômica entre os participantes. Assim, os resultados foram interpretados considerando-se as limitações próprias da amostragem por conveniência, sem pretensão de generalização probabilística para toda a população do Tribunal de Justiça de Goiás.

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{e^2}$$

Onde:

- **n** = tamanho da amostra
- **Z** = nível de confiança (ex: 1,96 para 95%)
- **p** = proporção esperada (se não souber, usa 0,5 — conservador)
- **e** = erro amostral (ex: 0,05 = 5%)

Como a população é de 5.000 respondentes (população pequena) iremos nos valer da fórmula do *n* ajustado, dado por:

$$n_{ajustado} = \frac{n}{1 + \frac{n - 1}{N}}$$

Onde:

- **N** = tamanho da população total = 5.000 respondentes

Sendo assim, a amostra será de no mínimo 357 questionários divididos na proporção de 60% e 40%.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário estruturado, composto por questões fechadas e itens em escala *Likert* de cinco pontos, organizado em quatro blocos. O Bloco

1 reuniu variáveis de caracterização socioeconômica e funcional do respondente, incluindo idade, renda, cargo, número de dependentes e informações funcionais relevantes. O Bloco 2 abrangeu variáveis relacionadas ao endividamento por crédito consignado, como quantidade de contratos, percentual estimado de renda comprometida, ocorrência de refinanciamento ou renovação, prazo e motivo principal do empréstimo. O Bloco 3 contemplou construtos comportamentais, com medidas de alfabetização e educação financeira, percepção de risco e hábitos de consumo, com ênfase em materialismo e propensão ao endividamento. O Bloco 4 avaliou impactos subjetivos e funcionais associados ao endividamento, como estresse financeiro e efeitos percebidos no trabalho, além de dimensões institucionais, como percepção de apoio, comunicação de riscos e aceitação de políticas e programas de orientação financeira.

A elaboração do questionário apoiou-se em referências consolidadas na literatura, com adaptação ao contexto do TJGO. Como referência estruturante, adotou-se o estudo de Flores, Vieira e Coronel (2013), que investigou fatores comportamentais associados ao endividamento por meio de questionário aplicado a servidores e operacionalizou construtos compatíveis com os objetivos deste trabalho, como materialismo, percepção de risco e educação financeira. A mensuração do materialismo foi orientada pela escala proposta por *Richins e Dawson* (1992). O bem-estar financeiro percebido foi mensurado com base na *Financial Well-Being Scale*, desenvolvida pelo *Consumer Financial Protection Bureau*. A alfabetização financeira foi operacionalizada a partir do OECD/INFE Toolkit e das três questões clássicas de *Lusardi e Mitchell*, sendo incorporados itens relacionados ao conceito de *debt literacy* e ao sobreendividamento autorrelatado conforme Lusardi e Tufano (2009). O estresse financeiro foi mensurado com base na *Financial Stress Scale* proposta por Heo et al. (2020). O instrumento completo foi apresentado no Apêndice A, assegurando transparência e reprodutibilidade.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA

O questionário foi disponibilizado aos participantes em formato eletrônico, por meio da plataforma Google Forms. A coleta foi realizada mediante convite aos servidores do TJGO, com esclarecimento sobre os objetivos do estudo e garantia de anonimato e confidencialidade das respostas. A participação foi voluntária, sem qualquer forma de identificação pessoal no instrumento.

3.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram organizados, verificados e analisados por meio de técnicas estatísticas compatíveis com os objetivos da pesquisa. Inicialmente, realizou-se análise descritiva das variáveis do perfil socioeconômico e funcional dos respondentes e das variáveis relacionadas ao endividamento por crédito consignado. Em seguida, foram aplicadas técnicas de avaliação da consistência interna das escalas, verificação da estrutura dos construtos comportamentais e análise das relações entre variáveis.

Foram utilizadas análises de frequência e distribuição dos dados, análise de confiabilidade, análise fatorial exploratória, regressão linear múltipla, análise de correspondência, testes de comparação de médias, análise de mediação por *bootstrap*, análise de agrupamentos pelo método *K-Means* e regressão logística com avaliação da curva ROC. A adoção dessas técnicas permitiu examinar o fenômeno do endividamento sob diferentes perspectivas, contemplando aspectos descritivos, associativos, preditivos e de segmentação dos perfis de vulnerabilidade financeira, observando-se critérios metodológicos consolidados na literatura de análise multivariada de dados (Hair et al., 2009).

3.5.1 Análise de confiabilidade

A consistência interna das escalas utilizadas foi verificada por meio do coeficiente alfa de Cronbach. Foram adotados como referência valores iguais ou superiores a 0,70 como indicativos de confiabilidade aceitável e valores iguais ou superiores a 0,80 como indicativos de boa confiabilidade.

Essa etapa permitiu avaliar se os itens empregados no instrumento mediram de forma coerente os construtos propostos, reduzindo o risco de interpretações decorrentes de inconsistências internas das escalas. Assim, a análise de confiabilidade contribuiu para o rigor metodológico da pesquisa e para a credibilidade dos resultados obtidos.

3.5.2 Análise fatorial exploratória

Foi realizada análise fatorial exploratória com o objetivo de verificar a estrutura dimensional das escalas comportamentais utilizadas na pesquisa. Para isso, foram observados

critérios como KMO superior a 0,60, teste de esfericidade de Bartlett significativo, extração por componentes principais e rotação *Varimax*.

Essa técnica permitiu identificar como os itens das escalas se agruparam em fatores representativos dos construtos teóricos investigados, como alfabetização financeira, percepção de risco, materialismo, bem-estar financeiro e estresse financeiro. Além disso, contribuiu para verificar a validade estrutural do instrumento e para tornar a interpretação dos dados mais consistente, especialmente por se tratar de pesquisa com variáveis comportamentais.

3.5.3 Regressão linear múltipla

Para examinar a associação entre variáveis comportamentais, socioeconômicas e funcionais e o nível de endividamento dos servidores, foi estimado modelo de regressão linear múltipla. O índice de endividamento foi tratado como variável dependente, enquanto alfabetização financeira, materialismo, percepção de risco, bem-estar financeiro, estresse financeiro e variáveis de perfil foram consideradas variáveis independentes.

O modelo geral pôde ser expresso da seguinte forma:

$$\text{Endividamento}_i = \beta_0 + \beta_1 \text{AF}_i + \beta_2 \text{Materialismo}_i + \beta_3 \text{Risco}_i + \beta_4 \text{Perfil}_i + \varepsilon_i,$$

em que AF representa alfabetização financeira, Materialismo corresponde à propensão ao consumo materialista, Risco corresponde à percepção de risco, BEF representa bem-estar financeiro, EF representa estresse financeiro e Perfil reúne variáveis socioeconômicas e funcionais.

A regressão linear múltipla permitiu analisar o efeito simultâneo das variáveis explicativas sobre o índice de endividamento, controlando a influência conjunta dos fatores investigados. Essa técnica possibilitou identificar quais dimensões apresentaram maior associação com o comprometimento financeiro dos servidores e contribuiu para a formulação de recomendações institucionais voltadas à prevenção do superendividamento.

3.5.4 Análise de frequência e distribuição dos dados

Foi realizada análise de frequência das respostas obtidas nas escalas do tipo Likert e nas variáveis categóricas do questionário, com o objetivo de descrever a distribuição das percepções

dos respondentes em relação aos fatores comportamentais, institucionais e financeiros investigados.

Essa etapa permitiu identificar frequências absolutas e relativas, padrões de concentração das respostas, níveis de concordância, discordância ou neutralidade e características predominantes da amostra. A análise de frequência também serviu como base para a interpretação inicial dos dados e para a construção dos gráficos descritivos apresentados na seção de resultados.

3.5.5 Análise de correspondência

Foi empregada análise de correspondência para examinar associações entre variáveis categóricas e representar graficamente a proximidade entre suas categorias. Essa técnica permitiu identificar padrões de relacionamento entre características dos servidores e diferentes indicadores de endividamento, como tempo de serviço, faixa etária, estado civil, comprometimento da renda e uso recorrente de crédito consignado.

A análise de correspondência contribuiu para ampliar a compreensão das relações entre os perfis dos respondentes e os níveis de vulnerabilidade financeira, revelando estruturas associativas que não seriam facilmente percebidas apenas por meio de estatísticas descritivas.

3.5.6 Teste de comparação de médias

Foram realizados testes de comparação entre grupos com a finalidade de verificar se existiram diferenças estatisticamente significativas no nível de endividamento entre distintos perfis de servidores. Essa análise permitiu examinar diferenças associadas a características sociodemográficas e financeiras, bem como comparar servidores que realizaram refinanciamento de contratos com aqueles que não recorreram a essa prática.

Quando pertinente, foram utilizados testes paramétricos e não paramétricos, considerando as características de distribuição dos dados e a homogeneidade das variâncias. Para comparação entre dois grupos, empregou-se o teste t de *Welch* nos casos de variâncias desiguais, além do teste não paramétrico de *Mann-Whitney U* quando as premissas de normalidade não foram atendidas. Também foi calculado o tamanho do efeito por meio do *d* de Cohen, a fim de mensurar a magnitude das diferenças observadas entre os grupos.

Esse procedimento possibilitou identificar diferenças relevantes no comportamento financeiro dos servidores e contribuiu para evidenciar o refinanciamento como marcador importante de vulnerabilidade financeira severa.

3.5.7 Composição das variáveis para o modelo de regressão

Para a estimação dos modelos estatísticos, as variáveis foram previamente organizadas de modo a representar adequadamente os construtos investigados. As variáveis comportamentais, como alfabetização financeira, materialismo, percepção de risco, bem-estar financeiro e estresse financeiro, foram compostas a partir da agregação dos itens correspondentes das escalas Likert, mediante cálculo de médias ou escores compostos, desde que apresentassem níveis satisfatórios de consistência interna.

As variáveis sociodemográficas e funcionais, como idade, gênero, estado civil, renda, categoria funcional e tempo de serviço, foram incorporadas às análises conforme sua natureza, podendo ser tratadas como variáveis contínuas, ordinais ou categóricas. Já o índice de endividamento foi construído a partir de indicadores relacionados à quantidade de contratos ativos, percentual de renda comprometida, ocorrência de refinanciamento, dificuldade para custear despesas básicas e finalidade do crédito.

Esse procedimento assegurou maior precisão analítica e permitiu que os modelos refletissem de forma consistente as dimensões teóricas da pesquisa, produzindo resultados mais robustos e interpretáveis.

3.5.8 Análise de mediação

Foi realizada análise de mediação com o objetivo de verificar se o bem-estar financeiro atuou como variável mediadora na relação entre alfabetização financeira e endividamento. Para a estimação dos efeitos indiretos, utilizou-se o método *bootstrap* com 5.000 *reamostragens*, técnica amplamente empregada por sua robustez na construção de intervalos de confiança para efeitos de mediação.

Foram estimados o efeito direto da alfabetização financeira sobre o endividamento, o efeito indireto mediado pelo bem-estar financeiro e o efeito total do modelo. A significância da mediação

foi avaliada por meio dos intervalos de confiança de 95%, considerando-se evidência de mediação quando o intervalo não incluiu o valor zero.

Essa técnica permitiu compreender não apenas se a alfabetização financeira influenciou o endividamento, mas também por quais mecanismos essa influência ocorreu, ampliando a compreensão dos fatores comportamentais associados à vulnerabilidade financeira dos servidores.

3.5.9 Análise de agrupamentos (*K-Means*)

Foi realizada análise de agrupamentos pelo método *K-Means* com a finalidade de identificar perfis distintos de vulnerabilidade financeira entre os participantes da pesquisa. O procedimento utilizou como variáveis de segmentação os escores de alfabetização financeira, materialismo, percepção de risco, bem-estar financeiro, estresse financeiro e índice de endividamento.

A definição do número de agrupamentos considerou o critério *Elbow* e a interpretabilidade teórica dos resultados obtidos. Após a formação dos clusters, foram realizadas análises comparativas entre os grupos, com o objetivo de identificar diferenças estatisticamente significativas entre os perfis encontrados.

Essa técnica permitiu segmentar os participantes em grupos com características financeiras semelhantes, contribuindo para a identificação de diferentes níveis de vulnerabilidade e para a formulação de estratégias institucionais mais adequadas a cada perfil identificado.

3.5.10 Regressão logística e curva ROC

Foi estimado modelo de regressão logística binária com o objetivo de identificar fatores associados à existência de múltiplos contratos ativos de crédito consignado. A variável dependente foi operacionalizada de forma dicotômica, considerando a presença ou ausência de dois ou mais contratos ativos.

Os resultados foram apresentados por meio de *Odds Ratios* (OR), intervalos de confiança e níveis de significância estatística. Adicionalmente, avaliou-se o desempenho preditivo do modelo por meio da curva *Receiver Operating Characteristic* (ROC) e da Área Sob a Curva (AUC), indicadores amplamente utilizados para mensurar a capacidade discriminatória de modelos de classificação. A utilização da regressão logística permitiu identificar fatores associados ao uso intensivo do crédito consignado, enquanto a curva ROC possibilitou avaliar a precisão do modelo

na distinção entre servidores com maior e menor probabilidade de manter múltiplos contratos ativos.

Tabela 3 – Síntese das técnicas de análise de dados da pesquisa

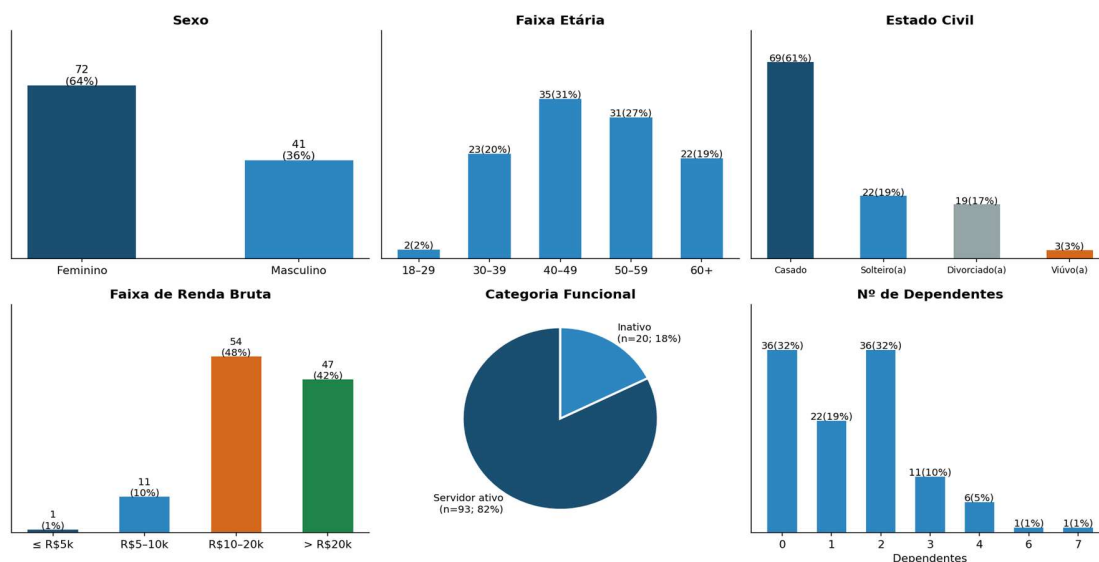
Etapas	Técnica	Finalidade	Principais critérios/indicadores	Forma de apresentação dos resultados
3.5.1	Análise de confiabilidade	Verificar a consistência interna das escalas utilizadas	Alfa de Cronbach $\geq 0,70$ para confiabilidade aceitável e $\geq 0,80$ para boa confiabilidade	Tabelas com coeficientes de confiabilidade por escala
3.5.2	Análise fatorial exploratória	Examinar a estrutura dimensional das escalas comportamentais	KMO superior a 0,60, teste de Bartlett significativo, extração por componentes principais e rotação Varimax	Tabelas de cargas fatoriais e variância explicada
3.5.3	Regressão linear múltipla	Analisar a associação entre variáveis comportamentais, sociodemográficas e funcionais e o nível de endividamento	Coeficientes estimados, erros-padrão, nível de significância e medidas de ajuste do modelo	Tabelas com coeficientes da regressão e significância estatística
3.5.4	Análise de frequência e distribuição dos dados	Descrever a distribuição das respostas obtidas nas escalas Likert	Frequências absolutas e relativas das categorias de resposta	Tabelas e gráficos de distribuição de frequência
3.5.5	Análise de correspondência	Verificar associações entre variáveis categóricas	Proximidade entre categorias e representação gráfica das associações	Tabelas de contingência e mapas perceptuais
3.5.6	Teste de comparação de médias	Verificar diferenças estatisticamente significativas entre grupos de servidores	Teste t de Student para dois grupos e ANOVA para três ou mais grupos	Tabelas comparativas com médias, desvios-padrão e p-valor
3.5.7	Composição das variáveis para os modelos estatísticos	Construir índices e escores compostos utilizados nas análises	Médias, escores compostos e consistência interna	Descrição metodológica e tabelas síntese
3.5.8	Análise de mediação (<i>Bootstrap</i>)	Verificar o papel mediador do bem-estar financeiro	5.000 reamostragens, efeito indireto e IC 95%	Diagrama de mediação e coeficientes
3.5.9	Análise de agrupamentos (<i>K-Means</i>)	Identificar perfis distintos de vulnerabilidade financeira	Critério <i>Elbow</i> , índice <i>Silhouette</i> e ANOVA entre clusters	Gráficos de clusters e tabelas comparativas
3.5.10	Regressão logística e curva ROC	Identificar fatores associados à existência de múltiplos contratos ativos	Odds Ratio (OR), Pseudo-R ² , AUC e p-valor	Tabelas de regressão logística e curva ROC

Fonte: Elaboração própria.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gráfico 2

Perfil Socioeconômico e Funcional dos Respondentes



Fonte: Dados da pesquisa (2026). n = 113 respondentes.

O Gráfico 2 apresentou a caracterização socioeconômica e funcional dos participantes da pesquisa por meio de estatística descritiva, utilizando distribuição de frequências absolutas e relativas para as variáveis sexo, faixa etária, estado civil, renda, categoria funcional e número de dependentes. O objetivo desta etapa não consistiu em realizar inferência estatística, mas em identificar o perfil predominante dos respondentes, permitindo contextualizar as análises posteriores relacionadas ao endividamento.

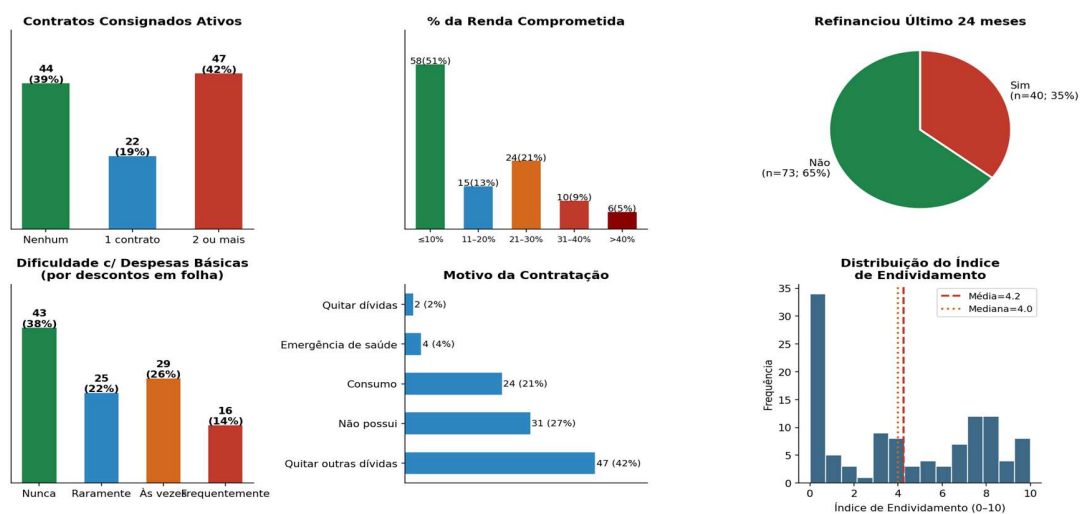
Os resultados demonstraram predominância do sexo feminino, representando 63,7% da amostra, bem como concentração significativa na faixa etária entre 40 e 59 anos, correspondente a 60,2% dos participantes. Esse perfil indicou que a pesquisa alcançou majoritariamente servidores em estágio intermediário ou avançado da carreira pública, caracterizados por maior estabilidade funcional e tempo prolongado de atuação profissional. Em relação ao estado civil, observou-se predominância de servidores casados, representando 61,1% da amostra, aspecto que pôde estar associado à existência de maiores responsabilidades familiares e financeiras. Quanto à renda, os dados revelaram que 89,4% dos respondentes possuíam rendimento mensal superior a R\$

10.000,00, evidenciando que a amostra foi composta predominantemente por servidores inseridos em faixas salariais elevadas.

A análise da categoria funcional demonstrou ainda que 82,3% dos participantes eram servidores ativos, com tempo médio de serviço correspondente a 20,6 anos. Esse dado reforçou que a pesquisa contemplou indivíduos com trajetória profissional consolidada e estabilidade laboral, afastando a ideia de que o endividamento estivesse restrito a servidores em início de carreira ou em situação de baixa remuneração. Nesse contexto, os resultados tiveram implicação direta para a compreensão do fenômeno investigado. Observou-se que a vulnerabilidade financeira identificada na pesquisa não esteve concentrada exclusivamente em indivíduos de baixa renda, mas também alcançou servidores com rendimentos elevados e carreiras longas. Esse cenário sugeriu que fatores como padrão de consumo, facilidade de acesso ao crédito, ausência de planejamento financeiro e uso recorrente de modalidades de crédito consignado puderam exercer influência significativa sobre o nível de endividamento.

Assim, o Gráfico 2 evidenciou que o endividamento entre servidores públicos deve ser analisado de maneira multifatorial, considerando não apenas a renda mensal, mas também aspectos comportamentais, sociais e estruturais relacionados à gestão financeira pessoal e familiar. Esses elementos tornaram-se fundamentais para a interpretação das análises posteriores acerca do comprometimento financeiro e dos impactos do endividamento na qualidade de vida dos participantes da pesquisa.

Gráfico 3
Diagnóstico do Endividamento Consignado



Fonte: Dados da pesquisa (2026). n = 113 respondentes.

O Gráfico 3 apresentou a análise descritiva das variáveis relacionadas ao endividamento dos servidores participantes da pesquisa, considerando aspectos como número de contratos ativos, percentual da renda comprometida, refinanciamento de dívidas, finalidade da contratação do crédito e dificuldades para custear despesas básicas. A partir dessas variáveis, foi elaborado um índice composto de endividamento em escala de 0 a 10, permitindo avaliar de forma mais ampla o grau de comprometimento financeiro dos respondentes.

Os resultados demonstraram que o cenário identificado foi mais preocupante do que a média do índice isoladamente sugeriu. Embora o nível médio de endividamento tenha sido de 4,24 pontos, a distribuição das respostas revelou significativa desigualdade entre os participantes, indicando a coexistência de um grupo sem comprometimento financeiro relevante e outro em situação de elevado risco financeiro.

Entre os dados mais relevantes, destacou-se que 41,6% dos servidores possuíam dois ou mais contratos ativos simultaneamente, evidenciando utilização recorrente do crédito consignado como mecanismo permanente de sustentação financeira, e não apenas como recurso eventual. Esse resultado sugeriu dependência estrutural do crédito, fator frequentemente associado ao aumento da vulnerabilidade econômica e à redução da capacidade de planejamento orçamentário.

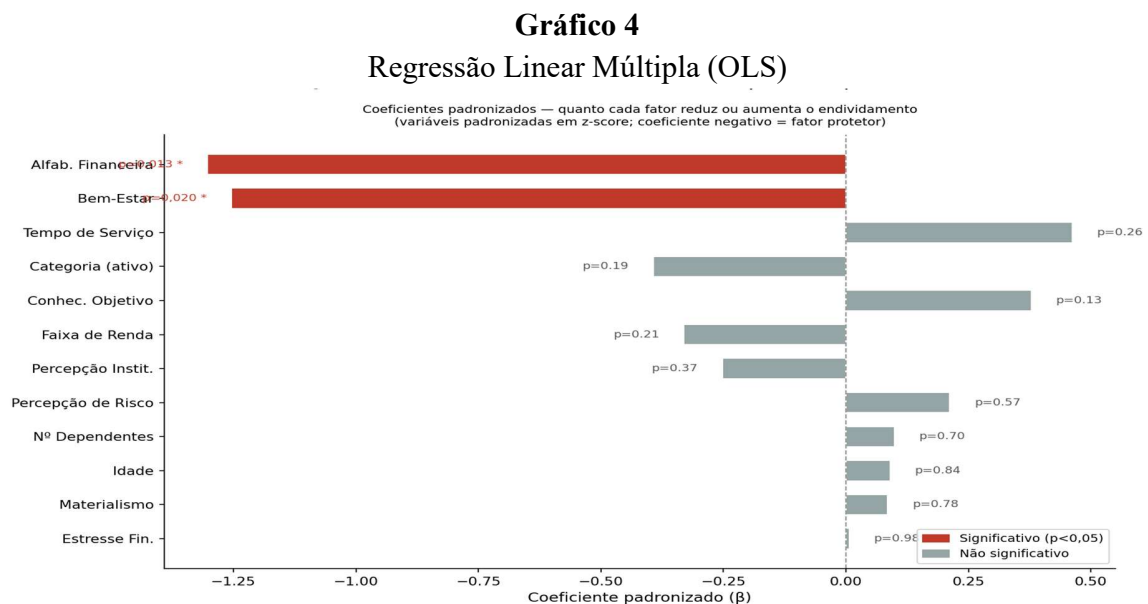
Outro aspecto preocupante referiu-se ao percentual da renda comprometida com dívidas. Os dados apontaram que 19,5% dos participantes comprometiam mais de 20% da renda mensal com obrigações financeiras, enquanto 5,3% ultrapassavam o percentual de 40%, situação considerada pela literatura especializada e pela legislação como indicativo de risco elevado de superendividamento. Esse comprometimento excessivo da renda pôde afetar diretamente a capacidade do servidor de atender às necessidades básicas e manter equilíbrio financeiro no longo prazo.

Os resultados também revelaram que 35,4% dos respondentes realizaram refinanciamento de contratos nos últimos 24 meses, indicando que parcela significativa das dívidas não estava sendo efetivamente quitada, mas apenas renegociada ou prorrogada. Tal prática tendeu a prolongar o ciclo de endividamento, aumentar os custos financeiros e dificultar a recuperação da estabilidade econômica dos servidores.

Além disso, 39,9% dos participantes relataram dificuldades frequentes ou ocasionais para arcar com despesas básicas em razão dos descontos realizados em folha de pagamento. Esse dado demonstrou que o endividamento ultrapassou a dimensão contratual e passou a impactar

diretamente a qualidade de vida, o bem-estar e a segurança financeira dos servidores e de suas famílias.

Por fim, destacou-se que o principal motivo apontado para contratação do crédito consignado foi a quitação de outras dívidas, mencionada por 41,6% dos respondentes. Esse resultado evidenciou que o crédito consignado vinha sendo utilizado como mecanismo de rolagem de dívidas, e não necessariamente como instrumento de ampliação do consumo ou investimento. Tal situação reforçou a percepção de fragilidade financeira e revelou a necessidade de medidas institucionais voltadas à educação financeira, à prevenção do superendividamento e à promoção de práticas mais sustentáveis de gestão orçamentária entre os servidores públicos.



Variável dependente: Índice de Endividamento (0–10). Coeficientes padronizados (z-score). $n=113$. $R^2=0,556$. Fonte: Dados da pesquisa (2026).

O Gráfico 4 apresentou os resultados da Regressão Linear Múltipla estimada pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (OLS), utilizada para identificar quais variáveis exerceram maior influência sobre o índice de endividamento dos servidores pesquisados. Para possibilitar comparação direta entre os coeficientes, as 13 variáveis independentes foram previamente padronizadas em z-score. Nesse modelo, os coeficientes β indicaram o quanto o índice de endividamento aumentou ou diminuiu diante da variação de um desvio padrão em cada variável explicativa, mantendo-se constantes os demais fatores analisados.

Os resultados demonstraram que o modelo apresentou capacidade explicativa significativa, alcançando coeficiente de determinação de $R^2 = 0,556$. Isso significou que aproximadamente 55,6% da variação observada no nível de endividamento dos servidores pôde ser explicada pelas variáveis incluídas na análise, resultado considerado robusto em pesquisas comportamentais e sociais.

Entre as treze variáveis analisadas, apenas duas apresentaram significância estatística, indicando influência efetiva sobre o nível de endividamento dos participantes. A primeira delas foi a alfabetização financeira, identificada como o principal fator protetivo do estudo ($\beta = -1,303$; $p = 0,013$). Os resultados evidenciaram que servidores com maior capacidade de planejamento financeiro, controle de despesas, comparação de taxas de crédito e manutenção de reserva de emergência tenderam a apresentar níveis significativamente menores de endividamento. Na prática, o aumento da alfabetização financeira esteve associado à redução média de aproximadamente 1,3 ponto no índice de endividamento, independentemente de fatores como renda, idade, cargo ou tempo de serviço.

Esse resultado demonstrou que o conhecimento financeiro aplicado ao cotidiano exerceu papel relevante na prevenção do comprometimento excessivo da renda, indicando que o endividamento não decorreu exclusivamente da insuficiência de recursos financeiros, mas também da forma como os indivíduos administraram suas finanças pessoais e tomaram decisões relacionadas ao consumo e ao crédito.

A segunda variável estatisticamente significativa foi o bem-estar financeiro ($\beta = -1,257$; $p = 0,020$). Os dados indicaram que servidores que perceberam maior controle sobre a própria situação financeira, maior capacidade de lidar com imprevistos e maior segurança em relação ao futuro econômico tenderam a apresentar menores níveis de endividamento. Esse achado reforçou que o problema do endividamento não possuiu apenas dimensão econômica ou técnica, mas também psicológica e comportamental, envolvendo aspectos relacionados à percepção de estabilidade, segurança e equilíbrio financeiro.

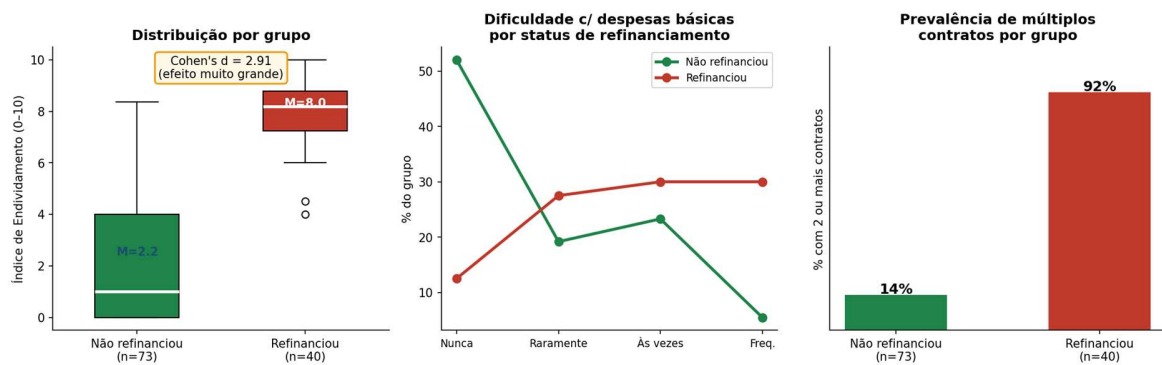
Por outro lado, variáveis tradicionalmente associadas ao endividamento, como renda, idade, cargo e materialismo, não apresentaram significância estatística nesta amostra. Embora isso não significasse ausência total de influência dessas variáveis, os resultados demonstraram que, ao controlar simultaneamente todos os fatores analisados, a alfabetização financeira e o bem-estar

financeiro foram os elementos que apresentaram maior impacto sobre o nível de endividamento dos servidores.

Dessa forma, o Gráfico 4 evidenciou que o enfrentamento do endividamento entre servidores públicos não dependeu exclusivamente do aumento da renda ou da estabilidade funcional, mas principalmente do fortalecimento de competências relacionadas à educação financeira, ao planejamento orçamentário e à promoção do bem-estar financeiro. Os resultados reforçaram a necessidade de políticas institucionais preventivas voltadas ao desenvolvimento de hábitos financeiros saudáveis, à conscientização sobre o uso do crédito e à melhoria da qualidade de vida financeira dos servidores públicos.

Gráfico 5

Refinanciamento: o maior discriminador de endividamento



Welch t-test (t=16,14, p<0,001) | Mann-Whitney U (p<0,001) | Cohen's d=2,905. Fonte: Dados da pesquisa (2026).

O Gráfico 5 apresentou a comparação entre dois grupos independentes de servidores: aqueles que realizaram refinanciamento de contratos financeiros nos últimos 24 meses e aqueles que não realizaram refinanciamento. Para essa análise, utilizou-se o índice de endividamento como variável de resposta. Considerando que os grupos analisados violaram a premissa de normalidade e apresentaram variâncias desiguais, foram aplicados tanto o teste t de Welch, apropriado para variâncias heterogêneas, quanto o teste não paramétrico de Mann-Whitney U. Além disso, foi utilizado o d de Cohen para mensurar o tamanho do efeito observado entre os grupos.

Os resultados revelaram o achado mais expressivo de todo o estudo. A diferença média entre os grupos alcançou 5,77 pontos no índice de endividamento, em uma escala de 0 a 10, demonstrando elevado distanciamento entre os servidores que refinanciaram dívidas e aqueles que não recorreram a essa prática. O tamanho do efeito identificado (d = 2,905) foi considerado

extremamente elevado para pesquisas em ciências sociais, indicando que os grupos apresentaram perfis financeiros substancialmente distintos, com mínima sobreposição entre suas distribuições.

Os dados sugeriram que o refinanciamento não representou apenas uma estratégia financeira de reorganização de dívidas, mas um forte indicativo de comprometimento financeiro severo. Os servidores que refinanciaram contratos demonstraram maior dificuldade para arcar com despesas básicas e apresentaram níveis significativamente superiores de endividamento quando comparados aos demais participantes da pesquisa.

Além disso, observou-se forte associação entre refinanciamento e multiplicidade de contratos ativos. Os resultados demonstraram que 92,5% dos servidores que refinanciaram mantinham dois ou mais contratos simultaneamente, enquanto entre aqueles que não refinanciaram esse percentual correspondeu a apenas 13,7%. Esse cenário evidenciou que o refinanciamento esteve frequentemente inserido em um ciclo contínuo de utilização do crédito, caracterizado pela substituição ou prolongamento de dívidas anteriores, sem redução efetiva do comprometimento financeiro.

Do ponto de vista prático, os resultados indicaram que o refinanciamento pôde ser interpretado como importante sinal de alerta para situações de superendividamento. Em muitos casos, a renegociação contratual não reduziu a dívida existente, mas apenas reorganizou prazos e ampliou o período de comprometimento da renda, prolongando a vulnerabilidade financeira do servidor.

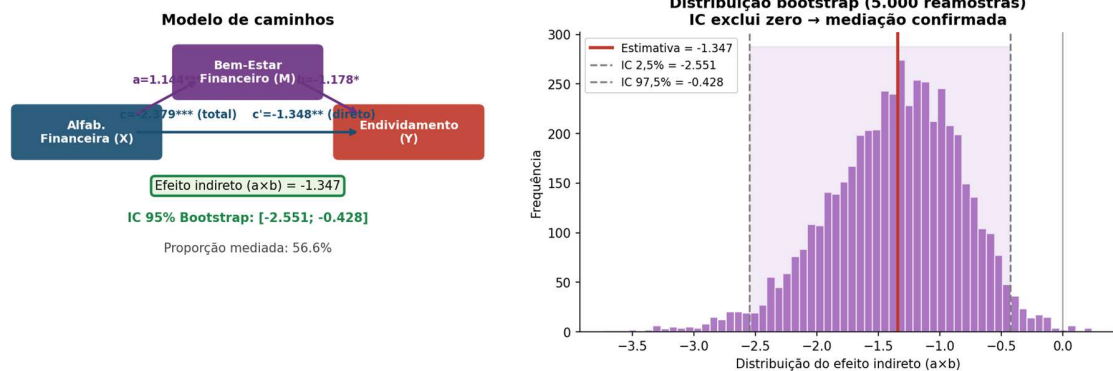
Os achados reforçaram que o superendividamento entre servidores públicos não deveria ser analisado apenas a partir do volume da renda ou da existência de crédito disponível, mas principalmente pela dinâmica contínua de renovação de contratos e comprometimento progressivo da renda mensal. Nesse contexto, mecanismos institucionais de acompanhamento e prevenção poderiam utilizar registros de refinanciamento como indicadores precoces de risco financeiro, possibilitando ações preventivas voltadas à orientação financeira, renegociação sustentável das dívidas e promoção do equilíbrio orçamentário dos servidores.

Dessa forma, o Gráfico 5 evidenciou que o refinanciamento constituiu um dos principais marcadores do agravamento do endividamento, revelando forte relação entre renegociação contínua de contratos, dificuldade de manutenção das despesas básicas e elevada dependência do crédito consignado. Esses resultados fortaleceram a compreensão do refinanciamento como

elemento central na identificação de situações de superendividamento no âmbito do serviço público.

Gráfico 6

Mediação: Alfabetização Financeira → Bem-Estar → Endividamento



Mediação bootstrap (5.000 reamostras). Efeito indireto $\beta = -1,347$. IC 95% = [-2,551; -0,428]. $p = 0,013$. Fonte: Dados da pesquisa (2026).

O Gráfico 6 apresentou os resultados da análise de mediação realizada com técnica de *reamostragem bootstrap*, utilizando 5.000 iterações, com o objetivo de verificar se o efeito da alfabetização financeira sobre o endividamento ocorreu, ao menos parcialmente, por intermédio do bem-estar financeiro. Nesse modelo, a alfabetização financeira foi considerada variável independente, o endividamento como variável dependente e o bem-estar financeiro como variável mediadora.

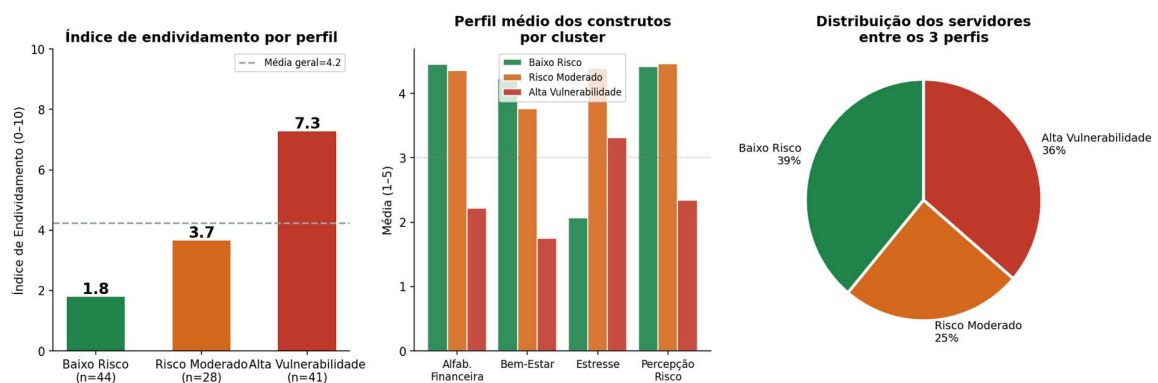
A utilização do método *bootstrap* permitiu estimar com maior robustez o efeito indireto da mediação, por meio da construção de intervalos de confiança empíricos. Os resultados demonstraram que o intervalo de confiança de 95% para o efeito indireto [-2,551; -0,428] não incluiu o valor zero, confirmando a existência de mediação parcial significativa entre as variáveis analisadas. Os achados indicaram que a alfabetização financeira exerceu influência sobre o endividamento por dois caminhos distintos e complementares. O primeiro correspondeu ao efeito direto da alfabetização financeira sobre o nível de endividamento ($c' = -1,348$), demonstrando que servidores com maior capacidade de planejamento financeiro, controle de despesas e compreensão sobre o uso do crédito tenderam a apresentar menores níveis de comprometimento financeiro, independentemente de outros fatores subjetivos relacionados ao bem-estar.

O segundo caminho correspondeu ao efeito indireto da mediação ($a \times b = -1,347$). Os resultados demonstraram que a alfabetização financeira contribuiu significativamente para o

aumento do bem-estar financeiro percebido ($a = 1,144$), o qual, por sua vez, atuou reduzindo os níveis de endividamento ($b = -1,178$). Esse efeito indireto representou aproximadamente 56,6% do efeito total observado no modelo, evidenciando que mais da metade da influência protetiva da alfabetização financeira ocorreu por meio da melhora na percepção de controle, segurança e estabilidade financeira dos servidores. Os resultados revelaram que o impacto da educação financeira não se limitou à aquisição de conhecimentos técnicos relacionados ao orçamento, aos juros ou ao planejamento financeiro. O fortalecimento da sensação de segurança econômica, da capacidade de lidar com imprevistos e da percepção de controle sobre as finanças pessoais constituiu elemento central na redução do endividamento.

Nesse contexto, os achados sugeriram que programas institucionais voltados à prevenção do superendividamento deveriam ultrapassar abordagens exclusivamente técnicas e incorporar dimensões psicossociais relacionadas ao bem-estar financeiro e à autoeficácia na gestão das finanças pessoais. Estratégias focadas apenas na transmissão de informações sobre matemática financeira ou organização orçamentária tenderam a apresentar impacto limitado quando desvinculadas da promoção de segurança financeira subjetiva e equilíbrio emocional diante das decisões econômicas. Dessa forma, o Gráfico 6 evidenciou que a alfabetização financeira e o bem-estar financeiro atuaram de maneira integrada na prevenção do endividamento entre servidores públicos. Os resultados reforçaram que o enfrentamento do superendividamento exigiu não apenas conhecimento técnico, mas também fortalecimento da percepção de estabilidade, autonomia e controle financeiro, fatores fundamentais para promoção de hábitos financeiros mais saudáveis e sustentáveis.

Gráfico 7
Clusters K-Means: três perfis de vulnerabilidade financeira



Means com $k=3$ (Silhouette=0,249, $n_{init}=20$). ANOVA confirma diferenças entre clusters ($p<0,001$ em todas as dimensões). Fonte: Dados da pesquisa (2026).

O Gráfico 7 apresentou os resultados da análise de agrupamentos realizada pelo método *K-Means*, técnica de aprendizado não supervisionado utilizada para identificar padrões de comportamento entre os servidores pesquisados. O modelo agrupou os participantes com base nos escores de alfabetização financeira, materialismo, percepção de risco, bem-estar financeiro, estresse financeiro e índice de endividamento. A definição de três agrupamentos ($k = 3$) foi estabelecida a partir do critério *Elbow* aliado à interpretabilidade teórica dos perfis encontrados.

Os resultados demonstraram a existência de três grupos distintos de servidores, evidenciando diferentes níveis de vulnerabilidade financeira, percepção de risco e capacidade de gestão das finanças pessoais. Essa segmentação permitiu compreender que o endividamento não se manifestou de maneira homogênea entre os participantes, mas decorreu de combinações específicas entre fatores econômicos, comportamentais e psicossociais.

O primeiro grupo, denominado “Baixo Risco”, correspondeu a 38,9% da amostra ($n = 44$). Os participantes desse cluster apresentaram elevados níveis de alfabetização financeira e bem-estar financeiro, associados a baixos níveis de estresse financeiro e reduzido índice de endividamento. Tratou-se de servidores que demonstraram maior capacidade de planejamento financeiro, organização orçamentária e manutenção de reservas para situações imprevistas, reduzindo a dependência do crédito consignado como mecanismo de equilíbrio financeiro. Esse perfil representou o modelo de estabilidade financeira que programas institucionais de educação financeira buscaram promover no ambiente organizacional.

O segundo grupo, identificado como “Risco Moderado”, representou 24,8% da amostra ($n = 28$) e apresentou características particularmente relevantes para interpretação do fenômeno estudado. Embora os participantes desse cluster possuísem níveis elevados de alfabetização financeira e percepção de risco semelhantes aos do grupo de baixo risco, observaram-se índices significativamente superiores de estresse financeiro e níveis moderados de endividamento. Esse resultado evidenciou que o conhecimento financeiro, isoladamente, não foi suficiente para impedir o comprometimento da renda em determinadas circunstâncias.

Os dados sugeriram que fatores externos, como responsabilidades familiares, despesas médicas, dependentes financeiros, imprevistos econômicos ou pressões sociais, puderam influenciar diretamente a condição financeira desses servidores, mesmo quando possuíam capacidade técnica para administrar suas finanças. Nesse contexto, medidas voltadas exclusivamente à educação financeira puderam apresentar alcance limitado para esse grupo, sendo

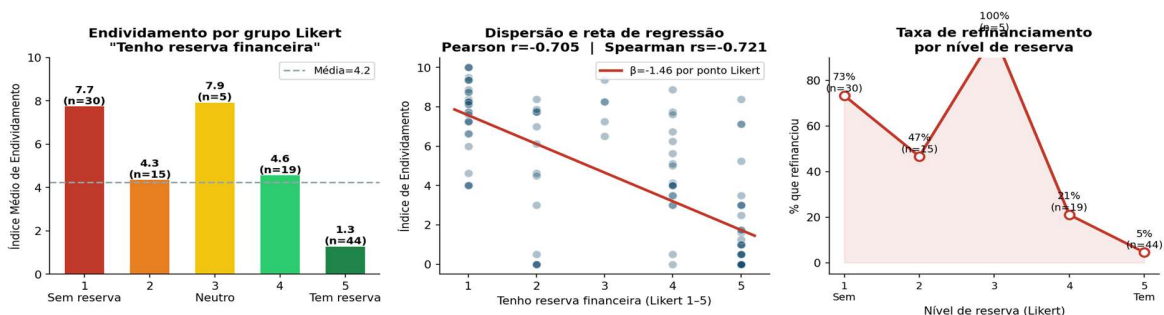
igualmente relevantes estratégias de renegociação de dívidas, suporte institucional e acompanhamento psicossocial.

O terceiro grupo, denominado “Alta Vulnerabilidade”, correspondeu a 36,3% da amostra ($n = 41$), revelando cenário de elevada preocupação. Os participantes desse cluster apresentaram baixos níveis de alfabetização financeira e percepção de risco, associados a elevado índice de endividamento, intenso estresse financeiro e reduzido bem-estar financeiro. Os resultados demonstraram combinação particularmente crítica entre desconhecimento sobre os riscos do crédito, baixa capacidade de planejamento financeiro e desgaste emocional relacionado às finanças pessoais. Esse conjunto de fatores tendeu a intensificar o ciclo de endividamento, dificultando a recuperação da estabilidade financeira e ampliando a vulnerabilidade econômica e emocional dos servidores. A presença de mais de um terço da amostra nesse perfil evidenciou a necessidade de intervenções institucionais urgentes e individualizadas, voltadas não apenas à educação financeira, mas também ao acolhimento, ao acompanhamento psicológico e ao apoio na reorganização das dívidas.

Dessa forma, o Gráfico 7 demonstrou que o endividamento entre servidores públicos apresentou natureza multifatorial e heterogênea, exigindo estratégias diferenciadas conforme o perfil identificado. Enquanto alguns grupos se beneficiaram predominantemente de ações preventivas de educação financeira, outros demandaram suporte psicossocial e mecanismos institucionais de proteção contra o agravamento do superendividamento. Os resultados reforçaram que políticas padronizadas puderam não ser suficientes para enfrentar adequadamente a complexidade do fenômeno investigado.

Gráfico 8

Reserva Financeira: o item mais fortemente associado ao endividamento



Pearson $r = -0.705$ | Spearman $r_s = -0.721$ | ANOVA $F(4,108) = 41.14$ | $p < 0.001$ para todos os testes. Fonte: Dados da pesquisa (2026).

O Gráfico 8 apresentou a análise da relação entre a existência de reserva financeira para emergências e o nível de endividamento dos servidores pesquisados. Para garantir maior robustez metodológica, foram utilizadas diferentes técnicas estatísticas complementares: correlação de Pearson, para avaliar relação linear; correlação de *Spearman*, para verificar associação monotônica sem pressupor linearidade; ANOVA *one-way*, para comparar médias entre os diferentes níveis da escala *Likert*; e regressão linear simples, para estimar a inclinação da relação entre as variáveis. A convergência dos resultados obtidos por todos os testes fortaleceu a consistência das conclusões encontradas.

Os resultados demonstraram que a capacidade de manter reserva financeira para situações emergenciais constituiu a variável individual mais fortemente associada ao endividamento em todo o estudo. As correlações identificadas apresentaram elevada magnitude negativa, tanto na análise de Pearson ($r = -0,705$) quanto na de *Spearman* ($r_s = -0,721$), indicando que quanto maior foi a presença de reserva financeira, menor tendeu a ser o índice de endividamento dos participantes.

O fato de a correlação de *Spearman* ter apresentado magnitude ainda superior à de Pearson sugeriu que essa relação ocorreu de maneira consistente em todos os níveis da escala analisada, e não apenas de forma linear simples. Em outras palavras, os resultados evidenciaram que o aumento progressivo da capacidade de reserva financeira esteve associado à redução contínua do endividamento dos servidores.

A análise das médias por grupos demonstrou diferenças expressivas entre os extremos da escala. Os servidores que afirmaram não possuir qualquer reserva financeira apresentaram índice médio de endividamento de 7,84 em uma escala de 0 a 10, além de elevada frequência de refinanciamentos recentes. Por outro lado, os participantes que relataram possuir reserva financeira consolidada apresentaram índice médio de apenas 1,18, associado a níveis muito reduzidos de refinanciamento e comprometimento financeiro.

A diferença observada entre os extremos da escala representou um dos efeitos mais expressivos identificados em toda a pesquisa, demonstrando que a existência de reserva financeira atuou como importante mecanismo de proteção contra o agravamento do endividamento. Os resultados indicaram que a ausência de recursos destinados a emergências aumentou significativamente a dependência do crédito consignado diante de situações inesperadas, como despesas médicas, manutenção de veículos, gastos escolares ou outras necessidades urgentes.

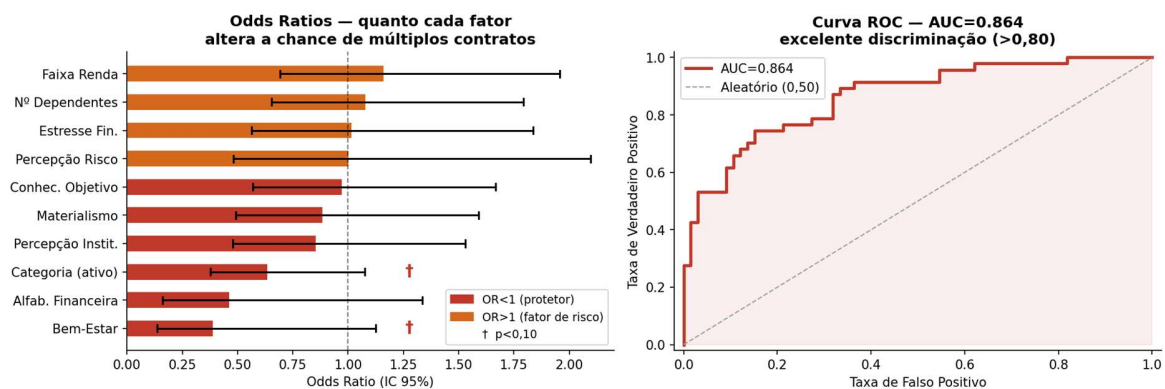
Nesse contexto, o crédito consignado passou a ser utilizado como substituto de um fundo de emergência, levando à contratação recorrente de novos empréstimos e ao aumento progressivo do comprometimento da renda mensal. A existência de reserva financeira, por sua vez, reduziu a necessidade de recorrer ao crédito em situações imprevistas, interrompendo o ciclo contínuo de endividamento e refinanciamento.

Os resultados da regressão linear simples reforçaram essa interpretação ao demonstrar que cada avanço de um ponto na escala de reserva financeira esteve associado à redução média de aproximadamente 1,78 ponto no índice de endividamento. Esse achado evidenciou não apenas associação estatística significativa, mas também relevante magnitude prática da variável analisada.

Dessa forma, o Gráfico 8 demonstrou que a constituição de reserva financeira representou um dos principais fatores de proteção contra o superendividamento entre servidores públicos. Os achados reforçaram a importância de políticas institucionais voltadas à educação financeira preventiva, ao incentivo à formação de reservas de emergência e à promoção de hábitos financeiros sustentáveis, capazes de reduzir a dependência do crédito consignado como mecanismo de enfrentamento de imprevistos econômicos.

Gráfico 9

Regressão Logística: quem tem maior chance de múltiplos contratos



Logit por Máxima Verossimilhança. VD: 2+ contratos ativos (binária). AUC=0,872. Pseudo-R² McFadden=0,355. Fonte: Dados da pesquisa (2026).

O Gráfico 9 apresentou os resultados da Regressão Logística (Logit) realizada para identificar os fatores associados à presença de dois ou mais contratos consignados ativos entre os servidores pesquisados. Nesse modelo, a variável dependente foi tratada de forma binária, considerando a existência ou não de múltiplos contratos de crédito consignado. A análise utilizou

Odds Ratios (OR) como medida de associação, permitindo estimar o quanto cada variável aumentou ou reduziu a probabilidade de utilização intensiva do crédito.

Os resultados demonstraram que o modelo apresentou excelente capacidade discriminatória, alcançando Área Sob a Curva ROC (AUC) de 0,872. Esse valor indicou elevado poder preditivo, evidenciando que os fatores comportamentais avaliados no questionário possuíram forte capacidade de distinguir servidores com múltiplos contratos daqueles que não utilizaram o crédito de forma intensiva. Em termos práticos, o modelo foi capaz de identificar corretamente os perfis financeiros dos participantes em aproximadamente 87% das comparações realizadas.

Entre as variáveis analisadas, o bem-estar financeiro apresentou o resultado mais próximo da significância estatística (OR = 0,353; $p = 0,060$), configurando importante fator de proteção contra o acúmulo de contratos consignados. O *Odds Ratio* inferior a 1 indicou que o aumento do bem-estar financeiro reduziu substancialmente a probabilidade de múltiplos contratos ativos. Os resultados sugeriram que cada desvio padrão de aumento no bem-estar financeiro esteve associado à redução aproximada de 64,7% nas chances de utilização intensiva do crédito consignado.

Embora o intervalo de confiança de 95% ainda incluísse marginalmente o valor de referência, os resultados apontaram tendência estatística relevante, indicando que o bem-estar financeiro exerceu influência importante sobre o comportamento de contratação de crédito. Considerando o tamanho da amostra analisada, foi possível inferir que estudos futuros com maior número de participantes poderiam confirmar formalmente essa associação com significância estatística mais robusta.

As demais variáveis investigadas não apresentaram significância individual no modelo logístico, resultado que não invalidou os achados observados nas análises anteriores. Em modelos com múltiplos preditores e amostras moderadas, a regressão logística tendeu a apresentar menor poder estatístico para detecção de efeitos isolados. Ainda assim, os resultados mantiveram coerência com os achados da regressão linear múltipla, reforçando a relevância das dimensões relacionadas à alfabetização financeira e ao bem-estar financeiro na compreensão do comportamento de endividamento dos servidores.

Os dados indicaram que o uso intensivo do crédito consignado não dependeu exclusivamente de fatores econômicos objetivos, como renda ou cargo ocupado, mas também de aspectos subjetivos relacionados à percepção de segurança financeira, controle das finanças pessoais e capacidade de enfrentamento de situações imprevistas. Servidores com maior equilíbrio

financeiro subjetivo tenderam a apresentar menor necessidade de recorrer continuamente à contratação de novos empréstimos.

Dessa forma, o Gráfico 9 reforçou a compreensão de que o superendividamento entre servidores públicos possui natureza multifatorial, envolvendo simultaneamente elementos econômicos, comportamentais e psicossociais. Os resultados evidenciaram que estratégias institucionais voltadas apenas à limitação do crédito puderam ser insuficientes, sendo igualmente necessário fortalecer ações de educação financeira, promoção do bem-estar financeiro e prevenção ao uso recorrente do crédito consignado como mecanismo de compensação financeira permanente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências produzidas ao longo desta pesquisa permitiram concluir que o endividamento consignado entre servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás não constituiu fenômeno isolado, circunstancial ou exclusivamente relacionado à insuficiência de renda. Tratou-se de problema estrutural, multifatorial e progressivamente naturalizado no cotidiano funcional, cuja dinâmica envolveu simultaneamente fatores econômicos, comportamentais, emocionais e institucionais. Os resultados obtidos demonstraram que o crédito consignado deixou de representar mecanismo eventual de acesso ao consumo e passou a ocupar espaço permanente na organização financeira de parcela significativa dos servidores públicos.

A análise do perfil da amostra revelou que o comprometimento financeiro não esteve concentrado em indivíduos de baixa renda ou em início de carreira, mas alcançou predominantemente servidores estáveis, com elevada remuneração e longo tempo de serviço público. O perfil identificado demonstrou que a maior parte dos respondentes foi composta por servidores experientes, casados e inseridos em faixas salariais elevadas, reforçando que o endividamento consignado não pôde ser compreendido apenas como consequência de vulnerabilidade econômica tradicional. Nesse contexto, os resultados indicaram que o problema atravessou diferentes níveis de renda e decorreu também da forma como o crédito foi incorporado à gestão cotidiana das finanças pessoais e familiares.

Os dados empíricos demonstraram que parcela expressiva dos participantes manteve múltiplos contratos ativos simultaneamente e utilizou o refinanciamento como prática recorrente de reorganização financeira. Observou-se que mais da metade dos servidores possuía contratos

consignados ativos, enquanto parcela significativa mantinha dois ou mais contratos simultaneamente e já havia realizado refinanciamentos recentes. Além disso, a principal finalidade declarada para contratação do consignado foi o pagamento de dívidas anteriores, evidenciando que o crédito passou a funcionar predominantemente como instrumento de rolagem financeira, e não apenas como mecanismo de acesso ao consumo ou reorganização pontual das finanças.

As análises estatísticas realizadas reforçaram a consistência dessa interpretação ao demonstrar que, dentre as variáveis analisadas, apenas a alfabetização financeira e o bem-estar financeiro apresentaram influência estatisticamente significativa sobre o índice de endividamento. Os resultados indicaram que servidores com maior capacidade de planejamento, controle orçamentário, comparação de taxas e organização financeira apresentaram níveis significativamente menores de comprometimento da renda. Em contrapartida, variáveis tradicionalmente associadas ao endividamento, como renda, idade, cargo e materialismo, não se mostraram preditores independentes do fenômeno quando analisadas conjuntamente.

Esses achados possuíram elevada relevância teórica e prática porque demonstraram que o superendividamento não pôde ser compreendido exclusivamente sob perspectiva econômica tradicional. O problema apresentou importante dimensão psicossocial, envolvendo fatores relacionados ao estresse financeiro, à insegurança econômica, ao desgaste emocional e à percepção de perda de controle sobre as finanças pessoais. A pesquisa evidenciou que o comportamento financeiro não decorreu apenas do conhecimento técnico, mas também da sensação subjetiva de estabilidade, segurança e autonomia financeira.

Nesse sentido, a análise de mediação revelou resultado particularmente relevante ao demonstrar que mais da metade do efeito protetivo da alfabetização financeira ocorreu indiretamente por meio do fortalecimento do bem-estar financeiro. Em termos práticos, verificou-se que aproximadamente 56,6% do impacto positivo da alfabetização financeira sobre a redução do endividamento decorreu do aumento da sensação de controle, tranquilidade e segurança econômica proporcionada pelo conhecimento financeiro. Isso significou que programas institucionais voltados exclusivamente à transmissão de conteúdos técnicos tenderam a aproveitar menos da metade do potencial efetivo das intervenções preventivas quando desconsideraram aspectos emocionais e comportamentais relacionados ao bem-estar financeiro.

Outro aspecto de destaque referiu-se ao refinanciamento dos contratos consignados, identificado como principal marcador de vulnerabilidade financeira severa. Os resultados

evidenciaram diferenças expressivas entre servidores refinanciadores e não refinanciadores, tanto em relação ao nível de endividamento quanto às dificuldades para custear despesas básicas e à quantidade de contratos ativos simultaneamente. A magnitude do efeito observada nesse grupo foi a mais elevada de todo o estudo, demonstrando que o refinanciamento não funcionou como solução efetiva de reorganização financeira, mas como mecanismo de prolongamento do comprometimento da renda e intensificação do ciclo de dependência do crédito.

A análise de clusters também demonstrou que o endividamento consignado não se manifestou de forma homogênea entre os servidores. Enquanto um grupo apresentou elevados níveis de alfabetização financeira, bem-estar equilibrado e baixo comprometimento financeiro, outro concentrou baixos níveis de conhecimento financeiro, reduzida percepção de risco e intenso desgaste emocional. Particularmente preocupante foi a identificação de um grupo correspondente a mais de um terço da amostra em condição de alta vulnerabilidade financeira. Além disso, observou-se a existência de grupo intermediário composto por servidores que, apesar de possuírem conhecimento financeiro adequado e consciência dos riscos envolvidos, permaneceram endividados e altamente estressados em razão de fatores externos, como despesas familiares, questões de saúde, dependentes financeiros e eventos inesperados.

Esses resultados evidenciaram que estratégias institucionais padronizadas tenderam a ser insuficientes para enfrentamento efetivo do problema. Diferentes perfis de vulnerabilidade exigiram respostas específicas e multidimensionais. Para determinados grupos, ações de educação financeira preventiva puderam produzir efeitos relevantes; para outros, entretanto, tornou-se necessária a implementação de políticas de renegociação sustentável de dívidas, acompanhamento financeiro individualizado, acolhimento psicossocial e monitoramento preventivo de situações de agravamento do comprometimento financeiro.

Entre todos os fatores analisados, a existência de reserva financeira emergencial destacou-se como o principal elemento protetivo contra o endividamento. Os resultados demonstraram que a manutenção de reserva de emergência apresentou a associação mais forte com a redução do comprometimento financeiro entre todas as variáveis investigadas. Servidores sem reserva financeira apresentaram níveis extremamente elevados de refinanciamento e endividamento, enquanto aqueles que possuíam reserva consolidada demonstraram índices significativamente menores de dependência do crédito consignado. Isso evidenciou que a ausência de reserva obrigou muitos servidores a utilizar o consignado como substituto permanente de um fundo de emergência,

desencadeando sucessivos ciclos de contratação e refinanciamento diante de qualquer despesa inesperada.

Por fim, a regressão logística confirmou o elevado potencial preditivo das variáveis comportamentais analisadas, demonstrando que fatores relacionados ao bem-estar financeiro e à alfabetização financeira permitiram identificar, com elevado grau de precisão, quais servidores apresentaram maior probabilidade de utilizar o crédito consignado de forma intensiva. O modelo apresentou excelente capacidade discriminatória, reforçando que os construtos comportamentais avaliados no questionário representaram dimensões efetivamente relevantes para compreensão do comportamento financeiro dos participantes.

A análise integrada dos gráficos e modelos estatísticos evidenciou narrativa convergente: o superendividamento consignado no TJGO não foi explicado prioritariamente pela renda, mas pela interação entre ausência de reserva financeira, baixa alfabetização financeira, redução do bem-estar financeiro, refinanciamentos sucessivos e elevada exposição ao estresse econômico. Os resultados demonstraram que o refinanciamento constituiu o principal sinal de agravamento do comprometimento financeiro, enquanto a formação de reserva emergencial representou a intervenção preventiva mais fortemente associada à redução do endividamento.

Além das evidências empíricas produzidas, esta pesquisa apresentou contribuições relevantes para a literatura sobre endividamento e comportamento financeiro no setor público. Do ponto de vista teórico, os resultados reforçaram a compreensão do superendividamento como fenômeno multifatorial, influenciado não apenas por variáveis econômicas objetivas, mas também por fatores comportamentais, emocionais e psicossociais. A identificação do papel mediador do bem-estar financeiro e da forte associação entre reserva financeira emergencial e redução do endividamento contribui para o avanço das discussões sobre vulnerabilidade financeira, ampliando abordagens tradicionalmente centradas apenas na renda e na capacidade de pagamento.

Sob a perspectiva prática e institucional, os achados fornecem subsídios para o desenvolvimento de políticas permanentes de educação financeira, promoção do bem-estar financeiro e monitoramento preventivo de situações de risco entre servidores públicos. A identificação de diferentes perfis de vulnerabilidade financeira demonstra que estratégias padronizadas podem apresentar efetividade limitada, exigindo intervenções adaptadas às características de cada grupo. Dessa forma, a pesquisa oferece evidências capazes de orientar a formulação de programas institucionais voltados à prevenção do superendividamento, à melhoria

da qualidade de vida dos servidores e ao fortalecimento da sustentabilidade financeira no ambiente organizacional.

Como limitações do estudo, destacam-se a utilização de amostragem não probabilística por conveniência e o número de respondentes inferior ao tamanho amostral inicialmente estimado, circunstâncias que recomendam cautela quanto à generalização dos resultados para toda a população do Tribunal de Justiça de Goiás. Além disso, a natureza transversal da pesquisa não permite estabelecer relações causais definitivas entre as variáveis analisadas. Como agenda para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos longitudinais, com amostras mais amplas e comparações entre diferentes órgãos públicos, de modo a aprofundar a compreensão dos mecanismos associados ao endividamento e à vulnerabilidade financeira no serviço público brasileiro.

Diante desse conjunto de evidências, concluiu-se que o superendividamento consignado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás constituiu problema institucional relevante, com impactos que ultrapassaram a esfera econômica individual e alcançaram a qualidade de vida, a saúde emocional, o bem-estar psicológico e a própria capacidade funcional dos servidores públicos. Assim, políticas restritas ao controle formal das margens consignáveis mostraram-se insuficientes para enfrentamento adequado do fenômeno. A prevenção do superendividamento exigiu atuação institucional contínua, integrada e multidisciplinar, envolvendo educação financeira aplicada, fortalecimento do bem-estar financeiro, estímulo à formação de reserva emergencial, monitoramento preventivo de refinanciamentos, suporte psicossocial e desenvolvimento de estratégias voltadas à promoção de maior autonomia e equilíbrio financeiro entre os servidores públicos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEGO. Alterações na capacidade de empréstimo consignado dos servidores e na organização do Executivo logram êxito. Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 30 nov. 2023. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/139965/alteracoes-na-capacidade-de-emprestimo-consignado-dos-servidores-e-na-organizacao-do-executivo-logram-exito>. Acesso em: 20 jul. 2025.

ANBIMA. Educação financeira: um retrato das iniciativas no Brasil. São Paulo: ANBIMA, 2024. Disponível em:

https://www.anbima.com.br/data/files/9B/54/F2/61/48B5791010999579B82BA2A8/relatorio_A_NBIMA_mapa_iniciativas_educacao_financeira.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

ANDERLONI, L.; VANDONE, D. Risk of overindebtedness and behavioural factors. Social Science Research Network, 2010. Disponível em: <http://papers.ssrn.com>. Acesso em: 03 dez. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Panorama do crédito consignado: janeiro de 2024. Brasília: Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito>. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021. Dispõe sobre prevenção e tratamento do superendividamento e altera o Código de Defesa do Consumidor. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 jul. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14181.htm. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRUSKY, B.; MAGALHÃES, R. Assessing indebtedness: results from a pilot survey among steelworkers in São Paulo. Geneva: International Labour Office, 2006. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 03 dez. 2025.

CHEN, H.; VOLPE, R. P. An analysis of personal financial literacy among college students. Financial Services Review, v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998.

CNC (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO). Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC): 2023. Brasília: CNC, 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/01/inadimplencia-peic-cnc-2023.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Cartilha do superendividamento. Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/08/cartilha-superendividamento.pdf>. Acesso em: 22 set. 2025.

COSTA, Joana; SILVEIRA, Fernando G.; AZEVEDO, Bruna; CARVALHO, Sandro. Diferencial salarial público-privado e desigualdade de renda: impactos no endividamento. Nota Técnica Ipea, n. 72, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

DYNAN, K. E.; KOHN, D. L. The rise in U.S. household indebtedness: causes and consequences. Finance and Economics Discussion Series, 2007-37. Washington, DC: Board of Governors of the Federal Reserve System, 2007.

FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. Revista de Administração FACES Journal, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 13-35, abr./jun. 2013.

FRADE, C. et al. Um perfil dos sobre-endividados em Portugal: relatório final. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2008. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt>. Acesso em: 04 dez. 2025.

FURLAN, R. C. A evolução do crédito consignado no Estado de Roraima: aspectos econômicos e jurídicos. 2009. 172 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GALINDO, Bárbara Rafaelly da Silva. Análise do endividamento por meio do crédito consignado dos servidores públicos da Universidade Federal da Paraíba. 2021. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20768/1/BRSG160822021.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GÄRLING, T. et al. Psychology, financial decision making, and financial crises. Psychological Science in the Public Interest, v. 10, n. 1, p. 1-47, 2009.

GENTIL, B. C. O endividamento dos servidores públicos brasileiros. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2022. (Texto para Discussão, n. 052). Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2022/TD_IE_006_2022_BRUNO_GENTIL.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

GOIÁS. Lei estadual nº 14.509, de 30 de dezembro de 2022. Dispõe sobre a ampliação da margem consignável dos servidores públicos do Estado de Goiás e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Goiás, Goiânia, 30 dez. 2022. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br>. Acesso em: 04 dez. 2025.

GONÇALVES, Guilherme Campos. Endividamento pessoal: uma análise a partir da utilização do crédito consignado por servidores públicos. 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41309/1/2021_GuilhermeCamposGon%C3%A7alves.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados* (6. ed.). Porto Alegre, RS: Bookman.

HEO, Wookjae; CHO, Seung H.; LEE, Palan; KIM, Jiyoung. Development and validation of the financial stress scale. *Journal of Financial Therapy*, v. 11, n. 1, 2020.

KATONA, G. *Psychological economics*. New York: Elsevier, 1975.

KEESE, M. Who feels constrained by debt? Evidence from German households. *Applied Economics*, v. 42, n. 1, p. 1-15, 2010.

LAMY, B. *Direito do trabalho e direitos humanos: desafios contemporâneos*. São Paulo: LTr, 2020.

LIVINGSTONE, S.; LUNT, P. Predicting personal debt and debt repayment: psychological, social and economic determinants. *Journal of Economic Psychology*, v. 13, p. 111-134, 1992.

LOUREIRO, Daniel Dias. Endividamento do servidor público: análise do crédito consignado no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/sites/images/mestrado/turma4/DANIEL_DIAS_LOUREIRO.pdf. Acesso em: 01 ago. 2025.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. Financial literacy and planning: implications for retirement wellbeing. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA, 2011. (NBER Working Paper, n. 17078)

LUSARDI, A.; TUFANO, P. Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2009. (NBER Working Paper, 14808).

MAKÁRIO LUIZ OROZIMBO JÚNIOR. Educação financeira como mitigação do superendividamento entre servidores públicos em Aparecida de Goiânia. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

MARQUES, C. L. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

MATTA, R. O. B. Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

NICÁCIO-SILVA, S. B. da C. Alfabetização econômica, hábitos de consumo e atitudes em direção ao endividamento de estudantes de pedagogia. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

NOGUEIRA, R. C. G. Finanças comportamentais: diferenças na tolerância de risco entre cônjuges, replicando uma pesquisa e propondo alternativas complementares. 2009. 80 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. Endividamento e sobreendividamento das famílias: conceitos e estatísticas para sua avaliação. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, fev. 2002. Disponível em: http://www.oec.fe.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf_estudos_realizados/estudo_parte2%20cap_1.pdf. Acesso em: 03 dez. 2025.

OCDE (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT). PISA 2018 results (Volume IV): are students smart about money? Paris: OECD, 2020.

PIOVESAN, F. Direitos humanos e justiça internacional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

PONCHIO, M. C. The influence of materialism on consumption indebtedness in the context of low income consumers from the city of São Paulo. 2006. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2006.

PONCHIO, M. C.; ARANHA, F. Materialism as a predictor variable of low income consumer behavior when entering into installment plan agreements. *Journal of Consumer Behaviour*, v. 7, p. 21-34, 2008.

RICHINS, Marsha L.; DAWSON, Scott. A consumer values orientation for materialism and its measurement: scale development and validation. *Journal of Consumer Research*, v. 19, n. 3, p. 303-316, 1992.

RICHINS, M. L. The material values scale: measurement properties and development of a short form. *Journal of Consumer Research*, v. 31, n. 1, p. 209-219, 2004.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, nov./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb/>. Acesso em: 22 set. 2025.

SOARES, Júnia Rosa; CAVALHERO, Alexandre; TREVISAN, Rafaela Luiza. Pesquisa de diagnóstico: o endividamento de servidores públicos estaduais com empréstimos consignados e seus efeitos para o Programa de Cidadania Financeira de Santa Catarina. Florianópolis: ENA/SEA-SC, 2017. Disponível em: https://consad.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Painel-07_03.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

TJGO (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS). Agravo de Instrumento nº 5190362-76.2022.8.09.0000. 2ª Câmara Cível. Relator: Des. Rodrigo de Silveira. Decisão de 9 ago. 2022. Goiânia, 2022.

TJGO (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS). Agravo de Instrumento nº 5316175-95.2022.8.09.0006. 1ª Câmara Cível. Relatora: Des. Maria das Graças Carneiro Requi. Decisão de 23 jan. 2023. Goiânia, 2023.

UNITED STATES. Consumer Financial Protection Bureau. Financial well-being scale: scale development technical report. Washington, DC: CFPB, 2015.

APÊNDICE A

Instrumento de Pesquisa (Questionário) com base nos artigos acima propostos

INSTRUMENTO DE PESQUISA

Endividamento por Crédito Consignado no TJGO

BLOCO 1 — Perfil Socioeconômico e Funcional

1. Idade: ____ anos
2. Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino ☐ Prefere não informar
3. Estado civil: ☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a)/União ☐ Divorciado(a) ☐ Viúvo(a)
4. Nº de dependentes: ____
5. Categoria: ☐ Servidor ativo ☐ Inativo ☐ Pensionista
6. Tempo de serviço no TJGO: ____ anos
7. Faixa de renda bruta mensal:
☐ Até R\$ 5.000
☐ 5.001–10.000
☐ 10.001–20.000
☐ Acima de R\$ 20.000

BLOCO 2 — Situação de Endividamento Consignado

1. Possui contrato(s) de crédito consignado atualmente?
☐ Não
☐ Sim, 1 contrato
☐ Sim, 2 ou mais
2. Percentual estimado da renda comprometida com consignado:
☐ Até 10%
☐ 11–20%
☐ 21–30%
☐ 31–40%
☐ Acima de 40%
3. Já refinanciou ou renovou consignado nos últimos 24 meses?
☐ Não
☐ Sim
4. Principal motivo da contratação:
☐ Quitar outras dívidas
☐ Consumo
☐ Emergência de saúde

- ☐ Investimento
- ☐ Outro (especificar)

5. Já enfrentou dificuldade para pagar despesas básicas devido a descontos em folha?

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às vezes
- ☐ Frequentemente

Essas variáveis serão a base da variável dependente (nível de endividamento / vulnerabilidade).

BLOCO 3 — Alfabetização Financeira

(Base Lusardi & Mitchell + OECD/INFE)

3.1 Conhecimento objetivo (múltipla escolha)

1. Se você aplicar R\$ 1.000 a 10% ao ano, após 1 ano terá:

- ☐ Menos de R\$ 1.100
- ☐ Exatamente R\$ 1.100
- ☐ Mais de R\$ 1.100
- ☐ Não sei

2. Se a inflação for maior que o rendimento da aplicação:

- ☐ Seu poder de compra aumenta
- ☐ Permanece igual
- ☐ Diminui
- ☐ Não sei

3. Pagar apenas o valor mínimo da fatura do cartão:

- ☐ Reduz significativamente os juros
- ☐ Gera cobrança elevada de juros
- ☐ Não faz diferença
- ☐ Não sei

3.2 Comportamento financeiro (Likert)

Escala Likert (1–5):

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente
- ☐ 3 = Nem concordo nem discordo
- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente

1 Costumo planejar meus gastos mensais. ()

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente
- ☐ 3 = Nem concordo nem discordo

- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente

2. Mantenho controle regular das minhas despesas.

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente
- ☐ 3 = Nem concordo nem discordo
- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente

3. Comparo taxas de juros antes de contratar crédito.

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente
- ☐ 3 = Nem concordo nem discordo
- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente

4. Tenho reserva financeira para emergências.

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente
- ☐ 3 = Nem concordo nem discordo
- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente

BLOCO 4 — Propensão ao Endividamento / Comportamento de Consumo

(Base Flores et al., Richins & Dawson)

Escala Likert (1–5)

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente
- ☐ 3 = Nem concordo nem discordo
- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente

1. Comprar coisas novas me faz sentir mais realizado(a).

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente
- ☐ 3 = Nem concordo nem discordo
- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente

2. Gosto de manter um padrão de consumo semelhante ao das pessoas ao meu redor.

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente

- () 3 = Nem concordo nem discordo
- () 4 = Concordo parcialmente
- () 5 = Concordo totalmente

3. Às vezes compro por impulso.

- () 1 = Discordo totalmente
- () 2 = Discordo parcialmente
- () 3 = Nem concordo nem discordo
- () 4 = Concordo parcialmente
- () 5 = Concordo totalmente

4. É difícil resistir a promoções.

- () 1 = Discordo totalmente
- () 2 = Discordo parcialmente
- () 3 = Nem concordo nem discordo
- () 4 = Concordo parcialmente
- () 5 = Concordo totalmente

5. O crédito facilita melhorar meu padrão de vida.

- () 1 = Discordo totalmente
- () 2 = Discordo parcialmente
- () 3 = Nem concordo nem discordo
- () 4 = Concordo parcialmente
- () 5 = Concordo totalmente

6. Não vejo problema em assumir dívidas para manter meu estilo de vida.

- () 1 = Discordo totalmente
- () 2 = Discordo parcialmente
- () 3 = Nem concordo nem discordo
- () 4 = Concordo parcialmente
- () 5 = Concordo totalmente

BLOCO 5 — Percepção de Risco e Consciência da Dívida

Likert (1–5)

- () 1 = Discordo totalmente
- () 2 = Discordo parcialmente
- () 3 = Nem concordo nem discordo
- () 4 = Concordo parcialmente
- () 5 = Concordo totalmente

1. Considero o crédito consignado uma dívida de baixo risco.

- () 1 = Discordo totalmente
- () 2 = Discordo parcialmente
- () 3 = Nem concordo nem discordo
- () 4 = Concordo parcialmente
- () 5 = Concordo totalmente

2. Tenho clareza sobre o custo total dos meus empréstimos.

- () 1 = Discordo totalmente
- () 2 = Discordo parcialmente
- () 3 = Nem concordo nem discordo
- () 4 = Concordo parcialmente
- () 5 = Concordo totalmente

3. Avalio cuidadosamente as consequências antes de assumir nova dívida.

- () 1 = Discordo totalmente
- () 2 = Discordo parcialmente
- () 3 = Nem concordo nem discordo
- () 4 = Concordo parcialmente
- () 5 = Concordo totalmente

4. O desconto em folha dá sensação de “segurança” ao contratar crédito.

- () 1 = Discordo totalmente
- () 2 = Discordo parcialmente
- () 3 = Nem concordo nem discordo
- () 4 = Concordo parcialmente
- () 5 = Concordo totalmente

BLOCO 6 — Bem-Estar e Estresse Financeiro

(Base CFPB Financial Well-Being)

Likert (1–5)

- () 1 = Discordo totalmente
- () 2 = Discordo parcialmente
- () 3 = Nem concordo nem discordo
- () 4 = Concordo parcialmente
- () 5 = Concordo totalmente

1. Sinto que tenho controle sobre minhas finanças.

- () 1 = Discordo totalmente
- () 2 = Discordo parcialmente

- () 3 = Nem concordo nem discordo
- () 4 = Concordo parcialmente
- () 5 = Concordo totalmente

2. Consigo lidar com despesas inesperadas.

- () 1 = Discordo totalmente
- () 2 = Discordo parcialmente
- () 3 = Nem concordo nem discordo
- () 4 = Concordo parcialmente
- () 5 = Concordo totalmente

3. Minhas dívidas geram preocupação constante.

- () 1 = Discordo totalmente
- () 2 = Discordo parcialmente
- () 3 = Nem concordo nem discordo
- () 4 = Concordo parcialmente
- () 5 = Concordo totalmente

4. Meu nível de endividamento afeta minha tranquilidade.

- () 1 = Discordo totalmente
- () 2 = Discordo parcialmente
- () 3 = Nem concordo nem discordo
- () 4 = Concordo parcialmente
- () 5 = Concordo totalmente

5. Tenho segurança financeira para o futuro.

- () 1 = Discordo totalmente
- () 2 = Discordo parcialmente
- () 3 = Nem concordo nem discordo
- () 4 = Concordo parcialmente
- () 5 = Concordo totalmente

BLOCO 7 — Ambiente Institucional (TJGO)

Likert (1–5)

- () 1 = Discordo totalmente
- () 2 = Discordo parcialmente
- () 3 = Nem concordo nem discordo
- () 4 = Concordo parcialmente
- () 5 = Concordo totalmente

1. Recebo informações claras sobre riscos do consignado.

- () 1 = Discordo totalmente
- () 2 = Discordo parcialmente
- () 3 = Nem concordo nem discordo

- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente

2. Existe oferta excessiva de crédito aos servidores.

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente
- ☐ 3 = Nem concordo nem discordo
- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente

3. O TJGO deveria ampliar programas de educação financeira.

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente
- ☐ 3 = Nem concordo nem discordo
- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente

4. Eu participaria de programas institucionais de orientação financeira.

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente
- ☐ 3 = Nem concordo nem discordo
- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente

5. Limites mais rígidos de consignação ajudariam a reduzir problemas financeiros.

- ☐ 1 = Discordo totalmente
- ☐ 2 = Discordo parcialmente
- ☐ 3 = Nem concordo nem discordo
- ☐ 4 = Concordo parcialmente
- ☐ 5 = Concordo totalmente